



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Justiça
CONARE_Em produção

NOTA TÉCNICA Nº 3/2020/CONARE_em_prod/CONARE/DEMIG/SENAJUS/MJ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08018.001832/2018-01

INTERESSADO: COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS - CONARE

INTRODUÇÃO

Este documento tem como objetivo uma **análise detalhada da situação do Afeganistão no intuito de verificar a aplicabilidade do dispositivo de Grave e Generalizada Violação de Direitos Humanos** para reconhecimento da condição de refúgio, conforme previsto no inciso III, art. 1º da Lei nº 9.474, de julho de 1997.

A Declaração de Cartagena, de 1984, recomendou que os países considerassem, no seu conceito de refugiado, não apenas os elementos da Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967, mas também aquelas pessoas que:

[...] tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública^[i].

Para análise da incidência de grave e generalizada violação de direitos humanos conforme descrito na Declaração de Cartagena, serão considerados, além de **avaliação extensa e criteriosa da situação do Afeganistão** descrita no Estudo de País de Origem – EPO, a **posição do Ministério das Relações Exteriores** e a **declaração de não retorno do Alto Comissariado da ONU para Refugiados – ACNUR** quando disponível. Considerando esse conjunto de informações, o Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE avalia e determina se o Afeganistão vive uma situação de grave e generalizada violação de direitos humanos.

A fim de facilitar a análise, as informações desse EPO estão consolidadas segundo as cinco dimensões listadas na Declaração: 1) violência generalizada; 2) agressão estrangeira; 3) conflitos internos; 4) violação maciça de direitos humanos; 5) outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública. Antes desses aspectos, no entanto, há uma introdução e contextualização sobre o Afeganistão, organizadas nas seções “Contextualização – Panorama Geral”, “Breve Histórico do Conflito” e “Cronologia dos Principais Eventos”.

CONTEXTUALIZAÇÃO - PANORAMA GERAL^[ii] ^[iii] ^[iv] ^[v]

O nome oficial do país é República Islâmica do Afeganistão, cuja área de abrangência é de 652.225 km². O país é dividido em 34 províncias, e a capital é Cabul. A população estimada é de 36,7 milhões (2020). As línguas oficiais são o dari, falada por 77% da população, e o pashto (48%). Os maiores grupos étnicos são o pashtun, tadjique, hazara e o uzbeque. Maioria da população afegã (99,7%) é muçulmana, sendo que os sunitas representam de 84,7 a 89,7%, e os xiitas, de 10 a 15%.

O sistema jurídico é um misto da lei civil, consuetudinária e islâmica (*sharia*). O Chefe de Estado e de Governo concentra-se na figura política do presidente, cargo atualmente ocupado por Mohammad Ashraf Ghani. Ele também é o comandante-chefe das Forças Armadas. O presidente é eleito diretamente pelo povo para um máximo de dois mandatos de cinco anos cada^[vi].

O Parlamento é bicameral com 102 assentos *Meshrano Jirga* (Senado) e 250 assentos na *Wolesi Jirga* (Câmara dos Deputados). A Constituição estipula que a *Loya Jirga* é a manifestação máxima da vontade do povo afegão, formada por diversos políticos (como membros da Assembleia Nacional e das Assembleias Distritais), líderes religiosos e tribais. A *Loya Jirga* é uma tradição afegã, e, ainda que suas decisões não sejam legalmente vinculantes, espera-se que sejam respeitadas pelo Presidente e pelo Parlamento^[vii].

Desde 2014, o país tem a figura de um *Chief Executive Officer – CEQ* equivalente a um Primeiro-ministro, ocupado por Abdullah Abdullah. Essa figura não está prevista na Constituição, mas foi resultado do arranjo político que dividiu o poder entre os principais candidatos da eleição de 2014, cujas denúncias de fraude e violência levaram a um impasse sobre os vencedores^[viii].

O Supremo Tribunal é o último órgão judicial, com tribunais superiores e de apelação subordinados. No país há 72 partidos políticos licenciados pelo Ministério da Justiça. O país está na 114ª posição de 129 países no Índice de Status da Democracia (IPV), e no Índice de Corrupção (IPC) o país encontra-se no 173º lugar entre 180 países.

O Afeganistão é extremamente pobre e altamente dependente da ajuda externa. Estima-se que 55% da população vive abaixo da linha da pobreza. A agricultura ocupa 44,3% da força de trabalho, os serviços 37,6%, e a indústria, 18,1%. A taxa de desemprego é estimada em 24% da força de trabalho. A maioria dos afegãos sofre com a falta de moradias, água potável, eletricidade, assistência médica e empregos.

O governo enfrenta sérias dificuldades em estender o estado de direito em todas as regiões do país, pois forças insurgentes controlam grande parte do território, sendo o Talibã o grupo de maior poder e domínio. O conflito armado continua em alta intensidade e a situação de segurança do país é alarmante.

BREVE HISTÓRICO DO CONFLITO

A história do Afeganistão caracteriza-se por conflitos armados constantes, principalmente entre forças governamentais e grupos insurgentes. Em abril de 1978, a chamada Revolução *Saur* levou os comunistas afegãos ao poder. Um ano depois, o exército soviético invadiu o Afeganistão para dar apoio ao governo, que sofria resistência de grupos insurgentes. Esses grupos ficaram conhecidos como *Mujahidin* (combatentes *jihadistas*), que receberam apoio de países como Estados Unidos, Paquistão, e Arábia Saudita.

O conflito civil durou 10 anos. **Estima-se que entre 850.000 e 1.500.000 afegãos tenham morrido, entre combatentes e civis; três milhões de afegãos foram mutilados ou feridos; um milhão foi deslocado internamente e mais de cinco milhões foram forçados a fugir do país**[\[ix\]](#).

Em 1989, tropas soviéticas deram início à retirada do país e o governo finalmente capitulou em 1992[\[x\]](#). Após a queda do governo, os diversos grupos armados, que estavam temporariamente unidos na luta contra o governo comunista, começaram a formar alianças e disputar entre si o controle do país. Na primeira metade dos anos 90, o país mergulhou num **período de muita instabilidade e batalhas entre os diversos grupos, caracterizadas por severas violações de direitos humanos**[\[xi\]](#).

Nesse contexto, surge o Talibã, um movimento pashtun nascido na região de Kandahar. Com apoio financeiro e técnico do governo paquistanês, e mobilizando jovens homens afegãos refugiados no Paquistão, o Talibã rapidamente foi conquistando território e assumiu o controle de Kandahar em 1994. Prometendo acabar com a violência e estabelecer a ordem, com punições severas contra criminosos, o **Talibã conquistou apoio da população até conseguir o controle de Cabul em 1996**, quando estabeleceu seu governo[\[xii\]](#).

Acusado de dar abrigo a militantes da Al-Qaeda, organização responsável pelos ataques terroristas de 11 de setembro, o Talibã se tornou alvo imediato dos EUA e de forças internacionais. **Em 2001, uma missão militar internacional, liderada pelos EUA, invadiu o país e derrubou o governo Talibã**. Foi estabelecido um governo interino, liderado por Hamid Karzai, que venceu as primeiras eleições do país, em 2004.

Após a deposição do poder, o Talibã conseguiu se reorganizar e manteve sua insurgência contra o governo. Além do Talibã, outros grupos armados operavam no país, tais como Rede Haqqani, Hezb-e-Islami, Movimento Islâmico do Uzbequistão, Jihad Islâmica Union, Lashkari Taryiba, Jaysh Mohammed, entre outras milícias armadas.

A situação de segurança se deteriorou muito a partir de 2005. **Em 2007 e 2008, o conflito já afetava diretamente um terço do país**[\[xiii\]](#). Em 2014, as forças militares internacionais deixaram o país, finalizando a missão de combate e iniciando nova missão, para suporte e assistência às Forças de Segurança Afegãs. Os EUA, entretanto, mantiveram operações de combate no país, mesmo após a retirada das tropas internacionais.

A partir de 2014, o Talibã se expandiu para todas as regiões do país[\[xiv\]](#). A emergência do braço afegão do Estado Islâmico, o Estado Islâmico da Província de Khorasan – IS-K em 2015 tornou o cenário de segurança afegão ainda mais complexo.

Após mais de 18 anos de conflito, os EUA e o Talibã assinaram o **primeiro acordo de paz em fevereiro de 2020**.

CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS EVENTOS [\[xv\]](#) [\[xvi\]](#) [\[xvii\]](#) [\[xviii\]](#) [\[xix\]](#) [\[xx\]](#) [\[xxi\]](#)

1979

- O exército soviético invade o Afeganistão para apoiar o governo comunista.
- Inicia-se uma guerra civil entre governo e o movimento insurgente de resistência, conhecido como *Mujahidin*, apoiado pelos EUA, Paquistão e Arábia Saudita, entre outros países.

1988

- Acordo de Genebra pactua um calendário para retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, iniciada em 1989.

1989

- Tropas soviéticas começam a deixar o Afeganistão, e o governo perde apoio político.
- Inicia-se uma nova guerra civil, entre os *Mujahidin* e o governo.

1992

- Rússia encerra ajuda militar e econômica ao país, e há um colapso do governo afegão.
- Entre 1992 a 1996, os *Mujahidin* tomam o poder, e desencadeia o início de outra guerra civil.

1996

- O Talibã assume o controle de Cabul, institui o Emirado Islâmico do Afeganistão, e impõe a versão mais rigorosa do Islã.

2001

- EUA intervêm militarmente após os ataques de 11 de Setembro.
- Queda do governo Talibã e início do governo interino de Hamid Karzai.
- Conferência em Bonn, apoiada pelas Nações Unidas, estabeleceu um acordo para reconstrução política do país, que incluía uma nova constituição, eleições presidenciais em 2004 e eleições para a Assembleia Nacional em 2005.

2002

- OTAN assume a responsabilidade de manter a segurança no Afeganistão.

2004

- Promulgada uma nova Constituição que prevê o presidencialismo. Hamid Karzai é eleito presidente.

2007

- Ataque suicida em frente à base norte-americana no norte de Cabul, durante uma visita do então vice-presidente dos Estados Unidos Dick Cheney.

2009

- Obama anuncia o reforço de 17 mil soldados e uma nova estratégia para a guerra do Afeganistão.
- Hamid Karzai é reeleito presidente.
- No final desse mesmo ano, Obama envia mais 30 mil soldados para o Afeganistão, somando 100 mil combatentes norte-americanos no país.

2010

- OTAN concorda com o plano de devolver a segurança do país às forças afegãs no final de 2014.

2011

- Obama anuncia a retirada de 33 mil soldados até setembro de 2012.
- Osama Bin Laden é morto no Paquistão.

2014

- O presidente eleito Ashraf Ghani e o segundo colocado nas eleições, Abdullah Abdullah, estabelecem um acordo para divisão de poder depois de um impasse sobre o resultado das eleições presidenciais. É criado o cargo de *Chief Executive Officer – CEO* equivalente a um Primeiro-ministro, ocupado por Abdullah Abdullah.
- A coalizão internacional encerra sua missão de combate no país, mas os EUA mantêm operação de combate em escala reduzida.

2015

- O Estado Islâmico – EI aparece no leste do país e captura uma grande área controlada pelo Talibã na província de Nangarhar.

2017

- Donald Trump anuncia nova estratégia militar, com o envio de mais tropas. O número de bombas lançadas pela Força Aérea dos EUA também aumenta drasticamente.

2019

- Em setembro, após o assassinato de um soldado americano, reivindicado pelo Talibã, os Estados Unidos anunciaram a interrupção de conversas de paz com o grupo, que estava em andamento há anos. O terceiro trimestre de 2019 é o período com maior número de vítimas civis desde o início da série histórica, em 2009.

2020

- Em maio, o presidente Ashraf Ghani e o segundo colocado nas eleições, Abdullah Abdullah, estabelecem novo acordo para divisão de poder depois de impasse sobre o resultado das eleições presidenciais de setembro de 2019.
- Em 29 de fevereiro, EUA e Talibã assinam acordo histórico que visa abrir caminho para a paz. Os EUA e aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) concordaram em retirar todas as suas tropas do país num prazo de 14 meses, caso o Talibã sustente o acordo firmado.
- Em 2 de março, os talibãs anunciaram que encerraram a trégua parcial estabelecida em 22 de fevereiro e retomam os ataques apenas contra as forças de segurança afegãs.

1. VIOLÊNCIA GENERALIZADA

Para fins de análise da aplicabilidade da situação de grave e generalizada violação de direitos humanos, considera-se que há violência generalizada quando grandes grupos de pessoas ou populações inteiras são afetadas e quando reúne as seguintes características:

- a) o número alto de incidentes violentos, bem como o número de vítimas altos desses incidentes;
- b) a violência existente inflige sofrimento severo na população;
- c) a violência se manifesta nas formas mais atrozes, como massacres, tortura, mutilações, tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, execuções sumárias, sequestros, desaparecimentos de pessoas e violações flagrantes do DIH;
- d) a realização de atos de violência é muitas vezes destinada a causar terror e, finalmente, a criar uma situação tal que as pessoas não têm escolha senão fugir da área afetada;
- e) a violência pode emanar de agentes estatais e não estatais, e quando emana da primeira, ou de outros que agem por instigação ou com o consentimento das autoridades do Estado, os perpetradores gozam de impunidade;
- f) a violência emana de agentes não estatais e as autoridades não podem controlar eficazmente;
- g) o nível e alcance da violência é tamanho que o funcionamento normal da sociedade fica gravemente prejudicado.

Segundo a *UN Assistance Mission in Afghanistan – UNAMA* missão das Nações Unidas estabelecida em março de 2002 pelo Conselho de Segurança da ONU, o Afeganistão é um dos conflitos mais mortais do mundo para civis^[xxii]. Desde que começou a acompanhar sistematicamente a guerra em 2009, a UNAMA já documentou mais de 100 mil vítimas civis, com mais de 35 mil mortos e 65 mil feridos^[xxiii].

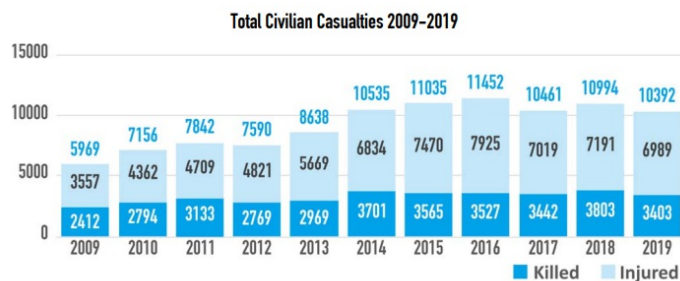


Figura 1: Total de vítimas civis do conflito do Afeganistão desde 2009 (Fonte: Relatório Anual da UNAMA 2019)

A Comissão Independente de Direitos Humanos do Afeganistão (*Afghanistan Independent Human Rights Commission – AIHRC*) fala em **86.823 vítimas civis do conflito afegão entre os anos de 2009 e 2019**, sendo 28.979 mortes e 57.844 feridos, embora apontem a possibilidade de existência de vítimas não registradas pela organização[xxiv].

Em 2019, **62% das vítimas civis documentadas pela UNAMA foram atribuídas às forças antigoverno**: 42% ao Talibã, 12% ao Estado Islâmico da Província de Khorasan – IS-K[xxv] e 3% a outras forças antigoverno. **As forças governamentais foram responsáveis por 28% das baixas civis**, o que representou um aumento de 13% quando comparado com 2018. Desses 28%, 16% foram atribuídas às forças de segurança afegãs, quase 8% às forças militares internacionais, cerca de 2% aos grupos armados pró-governo e cerca de 3% a forças pró-governo não determinadas[xxvi].

Apesar do primeiro semestre de 2019 ter sido marcado por uma redução de 25% no número de vítimas civis, quando comparado com o mesmo período do ano anterior[xxvii], a UNAMA registrou violência intensa nos meses de julho, agosto e setembro, alcançando os **maiores níveis de vítimas civis em um único trimestre desde que iniciou sua documentação sistemática em 2009**. Este aumento acentuado está relacionado a ataques suicidas e não suicidas usando dispositivos explosivos improvisados, principalmente por forças antigovernamentais, notadamente o Talibã, assim como a violência relacionada às eleições[xxviii].

A UNAMA também registrou, em 2019, um **aumento de baixas civis relacionadas a ataques aéreos feitos por forças pró-governamentais**, confirmando a tendência de crescimento que já vinha sendo registrada há cinco anos. Em 2019, houve intensa campanha de ataques aéreos pelas forças internacionais e operações de busca pelas forças afegãs, o que também impactou negativamente no aumento de baixas civis atribuídas aos atores pró-governo.

Tal dinâmica acabou tornando 2019 o ano em que se registraram os maiores níveis de vítimas civis de ataques aéreos, operações de busca e de dispositivos explosivos improvisados não suicidas – DEI (*improvised explosive devices – IEDs*) desde 2015[xxix].

Na primeira metade de 2020, as Nações Unidas já documentaram 3.458 vítimas civis (1.282 mortes e 2.176 feridas), o que representou uma queda de 13% em relação ao mesmo período do ano passado[xxx]. No entanto, essa queda está relacionada à redução das operações pelas forças militares internacionais e pelo Estado Islâmico - Khorasan. Não houve redução dos incidentes causados pelo enfrentamento entre Talibã e forças de segurança nacionais.

Em fevereiro de 2020, **os Estados Unidos e o Talibã assinaram um esperado acordo em Doha para redução da violência no Afeganistão, depois de mais de 18 anos de conflito**. O acordo prevê a retirada gradual de tropas norte-americanas do país (diminuição de 13 mil combatentes para 8.600); o fim dos ataques do Talibã contra os EUA; troca de prisioneiros entre o governo afegão e o Talibã; e o início de negociações de paz entre o governo afegão e o Talibã.

Organizações internacionais que monitoram os resultados do acordo de paz apontam redução nas operações do Talibã contra as forças internacionais, mas a manutenção de ataques às forças afegãs. A troca de prisioneiros e a redução das tropas norte-americanas também têm progredido, mas as conversas entre as forças afegãs e o Talibã não mostram um bom desempenho[xxxi][xxxii].

Tanto em 2019 quanto no primeiro semestre de 2020, **a UNAMA continua a registrar ataques deliberados a civis**, principalmente por parte de forças antigoverno, usando uma variedade de táticas, mas principalmente uso de dispositivos explosivos improvisados. Em 2020, essa foi a principal causa das mortes civis atribuídas a elementos antigoverno, causando 688 baixas civis (217 mortos e 471 feridos).

A UNAMA tem expressado preocupação com a utilização, por parte do Talibã, de um tipo de dispositivo explosivo por placa de pressão, que funciona como uma mina, e, por isso, pode ser detonado de forma indiscriminada, inclusive por crianças. Em 2020, 45% das vítimas civis por DEIs estão relacionadas a esse tipo de dispositivo. **As crianças representam mais de um terço da população civil vítima desse artefato**[xxxiii].

Além das vítimas civis, há inúmeras perdas também entre combatentes do conflito. Segundo informações do governo, **mais de 45.000 membros das forças de segurança do país foram mortos desde 2014**[xxxiv].

De acordo com dados do Projeto de Localização de Conflitos Armados e Dados de Eventos – ACLED da Universidade de Sussex, 41.490 pessoas (civis e não civis) morreram em 2019, 42.996 em 2018 e 36.347 em 2017. Até setembro de 2020, já são 13.731 vítimas registradas pela organização[xxxv].

Segundo o projeto *Costs of War*, da Universidade de Brown, **a guerra do Afeganistão já é a responsável por 157 mil mortos (2001 a outubro de 2019)**, entre combatentes norte-americanos, aliados, forças de segurança afegãs, civis, forças antigovernamentais, jornalistas, defensores de direitos humanos. A iniciativa reúne mais de 50 especialistas para levantar e debater os custos das “guerras ao terror” pós-ataques de 11 de setembro[xxxvi].

O conflito atinge todo o país, com algumas regiões mais afetadas. Segundo a Comissão Independente de Direitos Humanos do Afeganistão, em 2019, a maioria dos incidentes ocorreu na zona sudoeste do país, onde foram registradas 32% das vítimas civis (3.453). A zona Leste respondeu por 21% (2.271 vítimas civis); Zona Central, 20% (2.161 vítimas civis); Zona Nordeste, 9% (965 vítimas civis); Zona Oeste, 7% (749 vítimas civis); Zona Norte, 6% (638 vítimas civis); e Zona Sul, 4% (535 vítimas civis) [xxxvii].

Segundo a Landinfo Norwegian, **há diferenças na intensidade do conflito entre as províncias**. Helmand e Kandahar são as províncias que mais registram incidentes de segurança. **As províncias**

mais violentas são Helmand, Kandahar, Nangarhar, Kunar, Farah e Faryab[xxxviii].

O monitoramento do controle das regiões do país tem mostrado uma queda de 18% dos distritos controlados pelo governo, o avanço em 5% de áreas sob controle ou influência dos insurgentes e um aumento de cerca de 13% nas áreas sob disputa entre governo e forças antigovernamentais[xxxi].

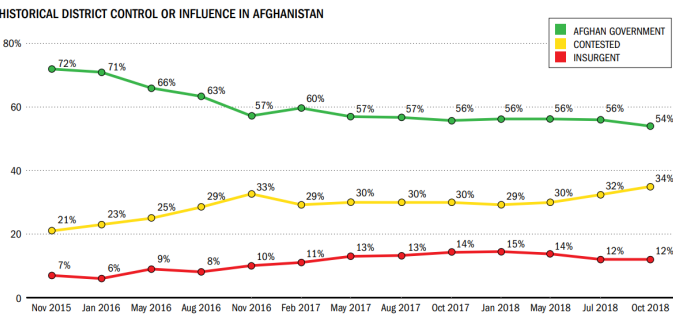


Figura 2 Controle de território no Afeganistão. Fonte: SIGAR/ RS[xli]

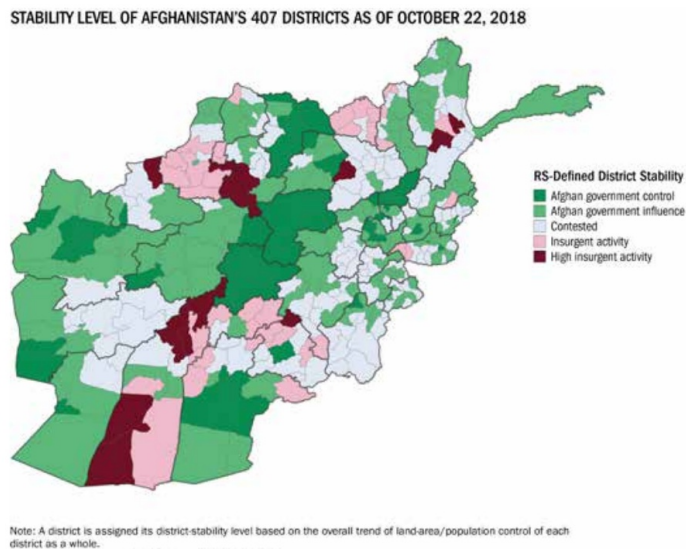


Figura 3 Estabilidade dos distritos afegãos. Fonte: RS/ SIGAR[xlii]

Os dados sobre controle dos distritos do país eram coletados pela missão internacional “Apoio Resoluto” (*Resolut Support – RS*), e publicados pelo Inspetor Geral Especial para a Reconstrução Afegã (*Special Inspector General for Afghanistan Reconstruction – SIGAR*), órgão criado pelo Congresso Norte-Americano para auditar os gastos do país na guerra. No entanto, eles deixaram de ser gerados em outubro/ 2018, por isso não existem atualizações para os anos 2019/2020[xliii].

De acordo com a *Landinfo Norwegian*, até o final de 2019, o Talibã controlava um total de 24 distritos. As forças governamentais controlavam 130 distritos, enquanto os 250 distritos restantes estão em disputa (território contestado) [xliiii] [xliv]. Informações sobre o controle do território e disputas territoriais são importantes para o cenário de segurança do país porque mais da metade de todos os incidentes de segurança daquele ano estão relacionados a combates no terreno[xlv].

A organização *Long War Journal – LWJ* traz alguns números diferentes referentes ao controle territorial do país pelo Talibã, com dados de maio de 2020. Segundo a Fundação, 75 distritos do país estão sob o controle do grupo insurgente, 133 sob o controle do Governo e 189 são áreas contestadas[xlvi].

Taliban Control In Afghanistan

The Taliban has been battling the Afghan government for control of the country for nearly two decades.

19% of Afghanistan is under full Taliban control

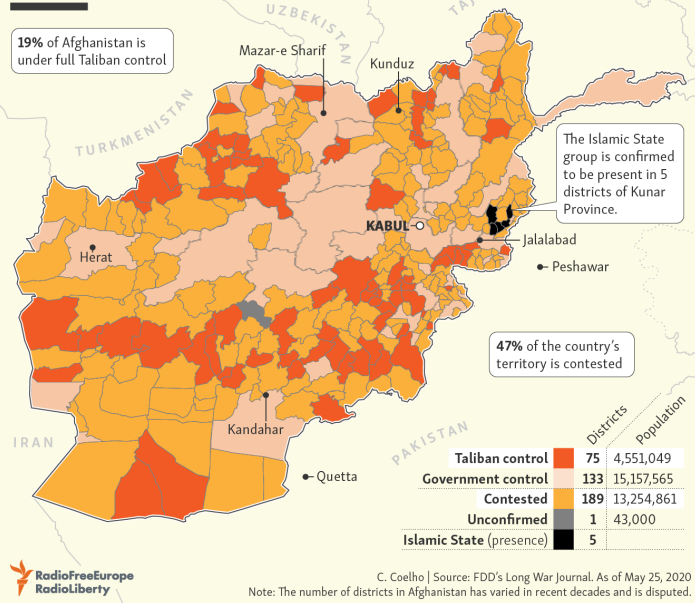


Figura 4 Controle do território afegão. Fonte: RFRL com dados da Long War Journal.

Há muitos relatos e registros de ataques deliberados a civis, principalmente que trabalham para o governo afegão ou organizações internacionais. Um ataque suicida do Talibã em 17 de setembro de 2019 próximo ao Ministério da Defesa Afegão matou 22 civis e deixou 38 feridos. Outro ataque suicida com bomba que tinha como alvo soldados da OTAN mataram ao menos 10 civis em 5 de setembro de 2019[[xlviij](#)].

O Estado Islâmico de Khorasan assumiu a autoria de um ataque suicida a um casamento em agosto de 2019 que matou 63 pessoas e feriu mais de 180, além de um ataque num evento público em Cabul, em homenagem ao líder político Hazara Abdul Ali Mazari, que matou 11 civis e feriu 84.

Há denúncias de ataques a civis também pelas forças governamentais. Segundo a Human Rights Watch, forças especiais afegãs, apoiadas pela CIA, realizaram execuções sumárias e desaparecimentos forçados durante ataques noturnos. A organização relata a morte de quatro civis numa operação na cidade de Jalalabad, e a morte de 11 homens em um ataque noturno na cidade de Zurmat, Nangarhar, em 11 e 12 de agosto de 2019[[xlviii](#)].

O conflito impacta não apenas na segurança física das pessoas, mas também da saúde mental, na economia do país e bem-estar das comunidades afegãs.

Each year, thousands of civilians are killed and injured, abducted, displaced and threatened by parties to the conflict in Afghanistan; in addition to being killed and maimed at alarming rates, children are continuing to be recruited and used, and subjected to sexual violence by parties to the conflict; and women are facing multiple threats to their protection stemming from the direct and indirect impact of the conflict. Many of these victims continue to suffer long after the dust from the fighting has settled due to long-term disabilities, psychological trauma, financial loss and poverty, and uncertainty about their future. The COVID-19 pandemic has drastically reduced the ability of victims to recover from the impact of the armed conflict, as well as increased the vulnerability of the wider civilian population to further threats[[xlix](#)].

Considerando a extensão territorial do conflito, que já atinge todo o país; as estatísticas relativas a mortos e feridos; e o número de perdas civis, seja por meio de ataques deliberados, seja como vítimas indiretas de embates, explosivos e ataques suicidas, podemos concluir que um cidadão afegão está sempre em risco quando em seu país. Dessa forma, configura-se a situação de violência generalizada no Afeganistão.

2. AGRESSÃO ESTRANGEIRA

Agressão estrangeira pode ser percebida como o uso da força armada por um Estado contra a soberania, integridade territorial ou independência política de outro, ou de qualquer outra forma incompatível com a Carta das Nações Unidas.

O histórico de envolvimento estrangeiro no conflito do Afeganistão mostra que diversos países adentraram com suas tropas no território afegão e fizeram ataques aéreos, ainda que sob a coordenação da OTAN.

Os Estados Unidos são o principal país envolvido com a Guerra do Afeganistão Após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, eles invadiram o Afeganistão sob a alegação de que o Talibã abrigava e oferecia assistência ao Al-Qaeda e Osama Bin Laden, acusado de ser o responsável pelos ataques.

Em 7 de outubro de 2001, os EUA lançaram uma operação de combate, intitulada *Enduring Freedom*, para derrubar o governo Talibã e eliminar o Al-Qaeda. O primeiro objetivo foi rapidamente alcançado, mas os EUA e aliados continuaram no país. Em dezembro de 2001, o Conselho de Segurança da ONU autorizou a missão militar no Afeganistão, com o apoio do Reino Unido, Canadá, França, Austrália e Alemanha.

A missão da OTAN no país, intitulada *International Security Assistance Force – ISAF*, chegou a reunir uma força de 130 mil pessoas de mais de 50 países aliados da OTAN em seu ápice[[i](#)]. Inicialmente, deveria atuar na capital Cabul e arredores, mas teve sua atuação gradualmente expandida à medida que aumentava a resistência insurgente e a situação de segurança se deteriorava.

Em 2010, os EUA aumentaram suas tropas no país, de 37 mil homens em 2009 até cerca de 100 mil em 2010/2011[li].

Forças da OTAN encerraram a missão de combate em 2014[lii], e criaram a missão “*Resolute Support*”, com menor presença no país e mais focada na assistência e treinamento às forças nacionais de segurança, que atua até hoje no Afeganistão[liii]. Atualmente, **a *Resolute Support* mantém mais de 16 mil soldados no país, de 38 países**. A maior parcela é de norte-americanos, alemães, ingleses e italianos[liiv].

Os EUA reduziram suas tropas de 16.100 combatentes em dezembro de 2014 a 11 mil em 2016. **Em 2015, o país lançou uma nova operação no Afeganistão, chamada *Freedom Sentinel***, que também teria o objetivo de oferecer treinamento, suporte e assistência às forças de segurança afegãs, junto com a *Resolute Support*, mas sem abandonar as operações de combate contra o terrorismo[lii].

Em 2017, em resposta ao avanço do Talibã, o presidente Trump anunciou uma nova estratégia para a região, e fortaleceu as tropas no Afeganistão, saindo de 3.500 combatentes para 14 mil[lii]. **Essa nova estratégia teve consequências diretas na escalada de violência do conflito**, conforme mostra o aumento de vítimas civis causadas pelas forças internacionais, principalmente a partir de 2017.

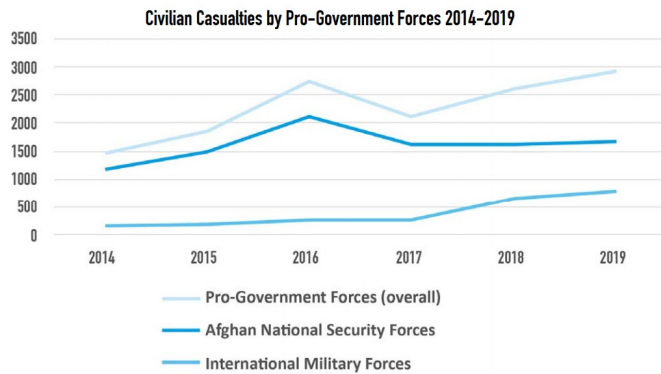


Figura 5 Fonte: UNAMA Annual Report 2019[liii]

Como descrito no item “Violência generalizada”, **2019 registrou as maiores taxas de vítimas civis de ataques aéreos e operações de busca desde 2015**[liiii]. Foram 1.045 civis atingidos (700 mortos e 345 feridos) em ataques aéreos, a maioria (72%) por forças internacionais. A organização registra o quinto ano de crescimento sustentado de vítimas civis por ataques aéreos por forças pró-governo.

96% das vítimas civis da atuação das forças militares internacionais são derivadas de ataques aéreos. Exemplo disso é o incidente ocorrido no dia 19 de setembro de 2019, quando oito drones atingiram uma região na província de Nangarhar e mataram 20 homens que trabalhavam na área, incluindo dois garotos, além de ferir outros 10[liix].

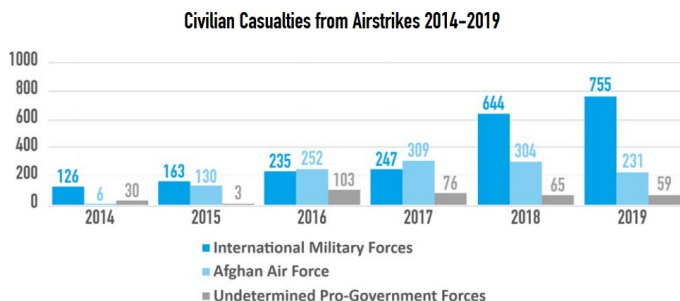


Figura 6 Fonte UNAMA Annual Report 2019[liii]

Desde agosto de 2017, com a ampliação de tropas norte-americanas no conflito armado, **o número de bombas lançadas pela força aérea dos EUA também aumentou drasticamente**. Naquele ano, os Estados Unidos lançaram sua maior bomba não nuclear sobre o país, na região de Nangarhar, matando ao menos 90 pessoas[lix]. Em 2019, os Estados Unidos lançaram mais de sete mil munições no Afeganistão, o maior número em anos. Setembro foi o mês em que os EUA mais lançaram bombas sobre o país desde 2010[liii].

Evidências recentes surgiram em um tribunal britânico sobre execuções de cidadãos afegãos por uma unidade das Forças Especiais do Exército Britânico que atuou no país em 2011. Os documentos que já vieram à tona sinalizam uma **política deliberada de matar afegãos durante ataques noturnos**, com evidências da morte de 33 afegãos em operações noturnas em residências[liiii] [lixiv] [lixv].

Desde o início da guerra do Afeganistão até final de 2019, o Departamento de Estado dos EUA declara que já foram gastos US\$ 782,7 bilhões, incluindo o custo de manutenção das tropas norte-americanas no país. **Apenas 16% desse valor (US\$ 124 bilhões) é relativo a custos de reconstrução do país**[lixvi].

Segundo projeto *Cost of War*, da Universidade de Brown, **os custos publicados pelo governo norte-americano representam menos da metade do total**, já que não incluem uma série de custos indiretos envolvidos, como o atendimento a veteranos de guerra e juros pagos pelas dívidas contraídas para pagar a guerra[lixvii].

Em 29 de fevereiro de 2020, os Estados Unidos e o Talibã assinaram um acordo em Doha que inclui, entre outros pontos: (a) a retirada das tropas dos aliados da OTAN; (b) garantia, por parte do Talibã, de não ofertar proteção e assistência para grupos terroristas que sejam ameaças aos EUA e seus aliados, como o Al-Qaeda e o IS-K; (c) cessar-fogo permanente e amplo; (d) início das negociações internas[lixviii].

O acordo é histórico e pode representar o início do fim de um conflito que já dura mais de 18 anos. Apesar da importância, **o governo afegão não esteve envolvido nas negociações, o que levanta dúvidas sobre sua viabilidade**[lixix].

Analistas da *Afghanistan Analysts Network* avaliam que, **ao assinar um acordo bilateral com o**

Talibã, os EUA enfraqueceram o governo afegão nas futuras negociações com o grupo. Um dos problemas apontados é a promessa de que prisioneiros talibã seriam libertados pelo governo afegão como uma sinalização de comprometimento para o início das negociações. Dessa forma, eles retiraram do governo uma das principais moedas de troca para uma futura negociação com o Talibã[[lxx](#)].

Os Estados Unidos cumpriram a primeira meta de retirada de 8.600 soldados no país, conforme estipulado no acordo[[lxxi](#)]. Cinco bases americanas também foram entregues ao governo afegão.

3. CONFLITOS INTERNOS

3.1 - Contextualização do Conflito Armado

Segundo o projeto “*Rule of Law in Armed Conflicts – RULAC*”, da Universidade de Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos de Genebra[[lxxii](#)], o Afeganistão está imerso em **conflitos não internacionais múltiplos e sobrepostos**. O governo afegão e suas Forças Armadas (Força de Segurança Nacional Afegã), com o apoio dos Estados Unidos e forças militares internacionais, luta contra o Talibã e outros grupos armados insurgentes, tais como a Rede Haqqani. Desde 2015, o Governo se engajou também na luta contra o Estado Islâmico da Província de Khorasan – IS-K, que acabava de nascer. Além disso, há um conflito entre o Talibã e o IS-K.

Devido ao seu nível de envolvimento, os EUA são considerados parte do conflito pela RULAC. Como a participação norte-americana se dá com o consentimento do governo afegão, o conflito ainda é considerado não internacional[[lxxiii](#)].

3.2 - Forças Governamentais

As forças governamentais são constituídas pelas **forças de segurança afegãs (Força da Fronteira Afegã, Polícia Local Afegã, Exército Nacional Afegão, Exército Territorial Afegão, Polícia Nacional Afegã, Diretoria Nacional de Segurança), forças militares internacionais e grupos armados pró-governo**.

O Ministério do Interior é responsável pela ordem interna por meio da Polícia Nacional Afegã e Polícia Local Afegã, assim como a Força-Tarefa para Crimes Maiores – MCTF, que investiga crimes graves.

O Ministério da Defesa é responsável pela segurança externa através do Exército Nacional Afegão, mas sua principal atividade é combater a insurgência interna. A Diretoria Nacional de Segurança (*National Directorate of Security – ND*) funciona como uma agência de inteligência, responsável por investigar crimes relacionados à segurança nacional, e possui Forças Especiais que participam de operações militares[[lxxiv](#)].

A partir de 2015, a missão militar da OTAN no Afeganistão foi transformada numa missão com o objetivo de treinar, apoiar e aconselhar as Forças de Segurança Nacional Afegãs, a missão *Resolute Support*. Atualmente, **existem cerca de 16 mil combatentes de 39 países, liderado pelos Estados Unidos, Alemanha, Itália e Turquia**. A maioria da tropa é norte-americana, com 14 mil homens e mulheres que apoiam a missão da OTAN e a Operação norte-americana *Freedom’s Sentinel*. Esta última, além de atuar também no apoio às forças afegãs, executa operações de contraterrorismo. Mais informações sobre as forças militares internacionais podem ser encontradas no item “Agressão Estrangeira”.

Por fim, também **existem grupos armados pró-governo que lutam contra os grupos insurgentes. Eles não pertencem às forças de segurança oficiais e por isso atuam à margem da lei**. Esses grupos incluem iniciativas como o Movimento de Revolta Nacional, Força de Proteção *Khost*, e as Forças *Shaheen*[[lxxv](#)].

Os itens “Agressão Estrangeira” e “Violência Generalizada” detalham as consequências sobre a população local e sobre os níveis de violência da atuação das forças pró-governo.

3.3 - Forças Antigovernamentais

As forças antigovernamentais são constituídas de **grupos insurgentes envolvidos em conflitos armados contra o governo afegão e/ou forças militares internacionais**, que incluem: Talibã, Estado Islâmico da Província de Khorasan, Rede Haqqani, Hezb-e-Islami, Movimento Islâmico do Uzbequistão, União da Jihad Islâmica, Lashkari Tayyiba, Jaysh Mohammed, entre outras milícias armadas.

A UNAMA documentou 10.392 vítimas civis em 2019. 62% destas (1.668 mortes e 4.779 feridos) foram atribuídas às forças antigoverno: 42% ao Talibã, 12% ao Estado Islâmico da Província de Khorasan – IS-K[[lxxvi](#)] e 3% a outras forças antigoverno[[lxxvii](#)].

No primeiro semestre de 2020, a tendência das forças antigovernamentais serem responsáveis pela maioria das vítimas civis se manteve, causando 1.989 vítimas civis (58% do total do período). A UNAMA atribuiu 43% das vítimas ao Talibã, 9% ao IS-K e 6% a outras forças antigovernamentais[[lxxviii](#)]. No item “Violência Generalizada” há mais detalhamento sobre as consequências da atuação das forças antigoverno.

3.3.1 - Talibã

O Talibã se destaca como **principal grupo insurgente do Afeganistão**. Estima-se que o grupo tenha entre 40 a 80 mil combatentes ou 55 a 85 mil. Se contar com outros tipos de participantes não combatentes, **esse número pode chegar a 100 mil**[[lxxix](#)]. É uma organização agregadora de outros grupos pouco conectados e mais ou menos autônomos.

Governaram o Afeganistão entre os anos 1996 e 2001, quando foram depostos pela aliança militar internacional liderada pelos EUA. A despeito do acordo de paz recentemente assinado com os EUA, o **grupo ainda tem como objetivo tomar o poder e instituir um governo islâmico no país**[[lxxx](#)].

O grupo apareceu nos anos 1990, na região norte do Paquistão, após a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão. Acredita-se que o movimento tenha nascido em seminários religiosos que pregavam uma versão mais restrita e dura da *sharia* (lei islâmica). Daí o nome “talibã”, que significa “estudante” na língua pashto[[lxxxi](#)]. O grupo foi ganhando apoio popular com o discurso de restaurar a paz e a segurança nos anos instáveis e violentos após a derrubada do governo comunista, conforme descrito no item “Breve Histórico do Conflito”. Conseguiram estabelecer a ordem nos territórios conquistados e encontraram uma população cansada de guerra, e assim foram aumentando seu controle territorial e influência no país[[lxxxii](#)].

O grupo tem uma liderança forte no topo, mas diversos comandantes e líderes locais descentralizados,

o que permite maior flexibilidade e capacidade de mobilizar recursos no nível local[[lxxxiii](#)]. Também compartilha premissas, como a regulação comportamental por meio de normas religiosas e interpretação restrita e severa da lei islâmica.

O Talibã se tornou um movimento político organizado que opera uma estrutura administrativa paralela ao aparato governamental, replicando estruturas oficiais, principalmente nos territórios sob o seu controle. É organizado em várias instâncias de governança compartilhada, como comitês temáticos (militar, política, financeira, controle de fronteira, saúde, educação etc).

Como descrito no item “Violência Generalizada”, o grupo controla muitas áreas do país, sobretudo em regiões rurais: **19% do país está sob controle talibã e 47% é território contestado entre o grupo e o governo**[[lxxxiv](#)]. Isso significa dizer que 14% da população afegã vive em regiões sob domínio talibã e 40% está em áreas disputadas.

De acordo com a BBC, **o grupo chega a faturar até US\$ 1,5 bilhão anuais**, recursos em grande parte advindos da produção de ópio e de papoulas, usadas na fabricação de heroína[[lxxxv](#)]. Além disso, o grupo cobra impostos e taxas nos territórios controlados por ele, e recebe financiamento de pessoas e grupos simpatizantes com a causa.

3.3.2 – Estado Islâmico da província de Khorasan – IS-K

O Estado Islâmico da província de Khorasan é o braço afegão do Estado Islâmico do Iraque e Levante - IS. É uma organização jihadista-salafi, que tem como objetivo instituir um califado islâmico transnacional por meio da luta armada[[lxxxvi](#)].

Surgiram em 2015 como uma grande ameaça à segurança do país. No final de 2019 e início de 2020, entretanto, sofreram diversos ataques das forças afegãs e internacionais, inclusive com apoio do Talibã.

O IS-K tinha cerca de 4 a 5 mil combatentes, segundo estimativas de 2019, localizados principalmente na província de Nangarhar[[lxxxvii](#)]. **Relatório do Conselho de Segurança da ONU estima a existência atual de cerca de 2.200 combatentes**, a maioria deles localizado na província de Kunar[[lxxxviii](#)], depois dos ataques.

Atualmente, relatórios indicam que a organização está virtualmente eliminada da província de Nangarhar e com capacidade estratégica limitada. Apesar disso, **a ideologia do grupo ainda ocupa um espaço importante online e dentro de muitas madrasas** (escolas islâmicas) militantes, onde há contínuo recrutamento de novos combatentes[[lxxxix](#)]. O Conselho de Segurança da ONU também aponta o risco do IS-K **se posicionar retoricamente como o único grupo insurgente contrário ao processo de paz em curso entre EUA e Talibã** e assim conseguir se fortalecer e se reorganizar[[xc](#)].

Em 2019, o IS-K fez diversos ataques violentos às minorias xiitas do país, principalmente Hazaras, e outras minorias não muçulmanas, como Sikhs. Segundo a UNAMA, atos de violência sectária contra os hazaras estão documentados desde 2016[[xci](#)], principalmente pelo IS-K.

3.3.3 – Outros grupos antigovernamentais

A Rede **Al-Qaeda** surgiu em agosto de 1988, liderada por Osama Bin Laden, Abdullah Azzam e combatentes da guerra soviético-afegã. A princípio, o foco de atuação era expulsar as tropas russas do país, com apoio financeiro dos Estados Unidos. No entanto, com a Guerra do Golfo, Bin Laden iniciou uma campanha contra os EUA, que culminou com o ataque terrorista às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001.

O objetivo da Al-Qaeda é restabelecer o Califado do Mundo Islâmico, pois acredita que os governos ocidentais agem contra os interesses dos muçulmanos, tal como o apoio econômico e militar a regimes árabes não islâmicos, e a interferência nas comunidades islâmicas.

Atualmente, **o Al-Qaeda mantém presença limitada no Afeganistão, principalmente nas regiões leste, sudeste e sul do país**. Estima-se que existam cerca de **400 a 600 combatentes ativos**[[xcii](#)]. Relatórios do Conselho de Segurança da ONU indicam que **o grupo mantém relação próxima com o Talibã, a despeito das negativas deste último** [xciii]. Sua principal função está relacionada ao treinamento de combatentes e à relação do Talibã com outras entidades *jihadistas*.

A Rede **Haqqani** é uma organização considerada terrorista pela ONU[[xciv](#)] que mantém laços estreitos com o Talibã e muitas vezes é descrita como uma facção poderosa deste grupo. Seus combatentes estão localizados principalmente na fronteira entre a província de Khost, Afeganistão e o Paquistão. Também mantém relações com o Al-Qaeda. É responsável por ataques suicidas, assassinatos e sequestros em Cabul e outras províncias do país[[xcv](#)].

Relatórios do Conselho de Segurança da ONU também apontam a **existência de diversos grupos terroristas estrangeiros no Afeganistão**. Parte deles representa uma ameaça à segurança, devido à presença constante no país e suas atividades operacionais, e outros dependem do suporte e apoio de outros grupos para funcionar[[xcvi](#)].

Dentre aqueles que representam uma ameaça à segurança do país, destaca-se **(1) Tehrik-e-Taliban Pakistan; (2) Jaish-i-Mohammed; (3) Lashkare-Tayyiba**. Esses grupos operam principalmente nas províncias orientais de Kunar, Nangarhar e Nuristan e contam com o apoio do Talibã. Muitos desses grupos são responsáveis diretos por ataques terroristas e assassinatos, outros operam para facilitar a entrada de combatentes terroristas estrangeiros que atuam como especialistas e treinadores em dispositivos explosivos improvisados[[xcvii](#)].

Além desses, existem diversos grupos militantes e terroristas da Ásia Central que atuam principalmente na região norte do país, onde compartilham laços étnicos e linguísticos com comunidades uzbeques, tadjiques e turcomenas da região, tais como: **(1) Movimento Islâmico do Turquestão Oriental; (2) Movimento Islâmico do Uzbequistão (ou Jundullah); (3) Jamaat Ansarullah Tajiquistão; (4) Lashkar-e Islam; (5) Grupo Salafista**[[xcviii](#)].

4. VIOLAÇÃO MACIÇA DE DIREITOS HUMANOS

Considera-se violações maciças de direitos humanos aquelas situações que afetam de forma generalizada vários segmentos da sociedade e que constituem negação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais de forma grave e sistemática, muitas vezes implicando em deslocamento forçado de suas vítimas.

No Afeganistão, direitos políticos, sociais e liberdades civis são duramente restringidos na prática pela violência, insegurança, corrupção, clientelismo e processos eleitorais falhos.

4.1 – Mulheres, crianças e população LGBTQI+

Segundo a AI, **mulheres afegãs estão submetidas a violência de gênero, especialmente em áreas sob controle do Talibã**. Acredita-se que muitos casos de violência contra as mulheres sejam subnotificados. A violência inclui espancamentos, assassinatos, tortura, apedrejamento e outros maus-tratos, e os responsáveis ficam impunes[xcix].

De acordo com a UNHRC, as mulheres continuaram a enfrentar **obstáculos à participação na política, em atividades sociais e econômicas, e ao acesso à justiça**. Os desafios em relação às mulheres incluem insegurança, restrições à liberdade de movimento, altos níveis de analfabetismo, costumes socioculturais conservadores sobre normas de gênero manifestadas na discriminação e maus-tratos. Foram registrados 403 casos de supostos crimes de violência contra mulheres e meninas em 2019, incluindo espancamentos (140), assassinato (63), estupro (52), que causaram ferimentos ou incapacidades (30), forçando as mulheres a autoimolação ou suicídio (29), casamento forçado (17), assassinatos de honra (15) e casamento de menores de idade[c].

Segundo a ONU, **há evidências de que as forças de segurança continuavam recrutando crianças soldados, e o governo não oferece proteção às vítimas de *bacha bazi*** (prática de escravidão sexual e abuso de meninos) [ci]. Relatório do Inspetor Especial Geral do Congresso Norte-Americano para a Reconstrução do Afeganistão afirma que oficiais da polícia ou do exército afegão nunca foram processados por recrutamento de crianças e exploração sexual por meio da prática de *bacha bazi*, apesar do reconhecimento generalizado de que muitos soldados, principalmente comandantes em postos de controle remoto, recrutam meninos para o *bacha bazi*[cii].

Uma força tarefa da ONU, liderada pela UNAMA/ OHCHR e UNICEF para monitorar e relatar o envolvimento de crianças no conflito armado, verificou 27 casos de recrutamento e uso de crianças envolvendo 63 meninos em 2019 (56 meninos recrutados pelo Talibã, e sete pela Polícia Afegã e milícias pró-governo). A força-tarefa da ONU também verificou sete casos de violência sexual, incluindo estupro, contra quatro meninas e 13 meninos. Esses dados provavelmente não refletem os números reais sobre violência sexual de crianças[ciii].

Mulheres e crianças foram severamente afetadas pelo conflito armado, representando 42% das vítimas civis[civ].

Em 2019, a ONU registrou 1.054 incidentes de mortes e mutilações de crianças. Durante o período em análise, foram documentadas 2.923 crianças (796 mortes e 2.127 feridas), representando 30% de baixas civis. As principais causas de mortes de crianças foram devido a explosivos de guerra. Há registro de mortes de crianças em todas as regiões do país: 595 na região sul, 478 na leste, e 443 na norte. Forças antigovernamentais foram responsáveis por 49% destas vítimas, enquanto 33% foram atribuídos a forças governamentais[cv].

De acordo com a organização Médicos sem Fronteiras, o Afeganistão é um dos lugares mais perigosos do mundo para se dar à luz. Anualmente, cerca de 4.300 mulheres não sobrevivem ao parto. 40% das mulheres não recebem cuidados de pré-natal e dois terços dos partos acontecem sem o suporte de profissionais qualificados. **A taxa de mortalidade materna é de 396 mortes a cada 100 mil bebês nascidos vivos**. No Brasil, esta taxa foi de 69 mortes a cada 100 mil nascidos vivos em 2013[cvi].

O casamento forçado de meninas (antes do 16 anos) com homens mais velhos é um problema. **Os tribunais e o sistema de detenção foram usados para reforçar o controle social das mulheres**, por exemplo, prendendo aquelas que desafiam os desejos de suas famílias em relação ao casamento[cvii].

Não há proteção legal para as pessoas LGBTQI+, que enfrentam a desaprovação da sociedade e o abuso da polícia. A atividade sexual entre pessoas do mesmo sexo é considerada ilegal sob a Sharia e, apesar do Código Penal não ter nenhuma disposição explícita que criminalize esse tipo de prática, existe artigos que podem ser usados para esse fim[cviii].

Homossexualidade e transexualidade são tabus na sociedade afegã, e **são consideradas imorais e não islâmicas**. Os membros da comunidade LGBTQIQ são estigmatizados e enfrentam discriminação, assédio e agressão, incluindo violência.

Relatório global sobre registro de organizações de defesa dos direitos da população LGBTQI+ da organização OutRight não identificou **nenhuma organização deste tipo no Afeganistão**. Segundo a organização, em cerca de 15% dos 194 países pesquisados não há nenhum tipo de organização dedicada a esse pública, formalmente registrada ou não[cix].

4.2 – Liberdade de expressão e associação

Os direitos à liberdade de expressão e associação são severamente restringidos no Afeganistão. **Diversos profissionais de mídia foram mortos, espancados, ameaçados, intimidados e assediados pelas forças de segurança das autoridades estatais e membros de grupos armados[cx].**

Em junho de 2019, o Talibã ameaçou atacar qualquer canal de TV, estações de rádio ou qualquer outro meio de comunicação que publique material crítico a seus combatentes[cxi]. Em 4 de agosto de 2019, uma explosão magnética de IED (explosivo) atingiu um ônibus que transportava os funcionários da Khurshid TV. Em 12 de março, Nisar Ahmad Ahmadi, um repórter da Sabawoon TV em Lashkargah, Helmand, ficou ferido quando um IED ligado ao seu carro detonou. O Estado Islâmico também realizou ataques à mídia e assumiu a responsabilidade por matar o sultão Mahmoud Khairkhawh, um repórter da emissora de TV e rádio Zhaman[cxii].

O Afeganistão ocupa a 122ª posição no ranking de países mais perigoso para jornalistas, numa lista de 180 países (quanto maior a posição, mais perigoso). Segundo a organização Repórteres sem Fronteira, 2018 foi o ano mais mortal desde a queda do regime talibã em 2001, com a morte de 15 jornalistas e trabalhadores da imprensa. Ameaças e ataques contra jornalistas são raramente investigados pelas autoridades[cxiii].

Defensores de direitos humanos e ativistas da sociedade civil também são alvo constante de violência no país. Segundo Anistia Internacional, eles são **atacados por forças governamentais e antigovernamentais por meio de intimidação, assédio, detenção, e morte[cxiv]**. Os defensores dos direitos humanos são geralmente rotulados de 'antirreligiosos' e 'anticultura' e viram alvos da violência. Houve um aumento de ataques a ativistas de direitos humanos nos últimos dois anos[cxv].

Ainda segundo a AI, em maio de 2019, uma jornalista e ativista feminina, Mena Mangal, foi morta a tiros em Cabul. Em julho, Saeed Karim Musawi, um conhecido defensor dos direitos humanos e ativista da sociedade civil, foi morto a tiros por dois pistoleiros na província de Kunduz. Em setembro, o Talibã atacou as províncias de Kunduz e Baghlan, restringindo a atuação dos defensores dos direitos humanos, que ficaram presos por dias sem acesso a comunicação, internet e qualquer tipo de apoio e proteção governamental[cxvi].

4.3 – Liberdade religiosa

A liberdade religiosa é dificultada pela violência e discriminação às minorias religiosas. A **blasfêmia e a apostasia (renúncia da fé) pelos muçulmanos são consideradas crimes capitais. Minorias religiosas são alvos de ataques de grupos insurgentes armados como o IS-K e Talibã.**

A constituição afegã estabelece o Islamismo como religião oficial e garante liberdade de culto para outras religiões. Apesar disso, a prática social é marcada por intolerância e abusos à liberdade de crença.

Durante 2016 e 2017, a ONU documentou 51 ataques contra locais de culto e líderes religiosos. Militantes do Estado Islâmico realizaram ataques contra mesquitas xiitas e centros culturais em 2017[cxvii]. Em 2019, também houve ataques terroristas a locais de culto, como o ataque a uma mesquita na província de Nangarhar que matou pelo menos 69 pessoas. O ataque foi atribuído ao IS-K como uma punição à comunidade, vista como opositora pelo grupo.

Representantes de comunidades Hazaras denunciam falta de segurança e proteção do governo em áreas de predominância xiita[cxviii]. Muitos ataques suicidas e com a utilização de dispositivos explosivos improvisados são direcionadas a muçulmanos xiitas, principalmente hazaras, tendência documentada nos últimos quatro anos pela UNAMA[cxix].

4.4 – Acesso a serviços públicos / direitos sociais

Frequentar a escola formal é obrigatório no Afeganistão, pelo menos até o nono ano. De acordo com o Ministério da Educação, cerca de **3,7 milhões de crianças estão fora da escola, 60% delas são garotas**[cxx].

Segundo a UNICEF, cerca de **40% das crianças em idade escolar no Afeganistão estão fora da escola**[cxxi]. Apesar disso, nos últimos anos houve grande incremento nas taxas de alfabetização do país. Entre os anos 2011 e 2018, ela saiu de 32% para 43% entre adultos e de 47% para 67% entre jovens.

Muitos problemas dificultam o acesso e permanência à escola, tais como insegurança; falta de espaço e de material; dificuldades de acesso, principalmente nas escolas em áreas rurais; ausência de professores (principalmente de mulheres); pobreza; normas culturais que afastam as meninas das escolas; dentre outros desafios[cxxii].

A expansão do controle do Talibã nas áreas rurais deixou diversas escolas públicas fora do controle governamental[cxxiii], o que afeta o acesso às escolas, principalmente entre garotas. Pesquisa do Escritório da ONU para as Drogas e Crime – UNODC aponta que meninas vão à escola em 47% das vilas controladas pelo governo e apenas em 18% naqueles locais sob o controle de grupos insurgentes[cxxiv].

O Talibã opera uma Comissão de Educação simultaneamente com o Ministério da Educação, e certos assuntos são substituídos por estudos islâmicos[cxxv].

Em 2018, foram reportados 192 ataques a escolas e funcionários de escolas, número três maior do que o registrado em 2017. A maioria deles foi atribuída ao Talibã [cxxvi]. **Por causa da insegurança, 718 escolas foram fechadas em 2018 e 722 em 2019.** Grupos como o Talibã e o IS-K em geral são contrários à educação de garotas e por isso têm como alvo escolas que atendem meninas, estudantes mulheres e professoras.

Em 7 de julho de 2019, na cidade de Ghazni, o Talibã detonaram um caminhão-bomba perto de três escolas, causando 174 vítimas civis (6 mortas e 168 feridas), sobretudo estudantes[cxxvii].

O conflito também implica em sérias consequências sobre o acesso a serviços de saúde no país. Segundo a HRW, forças governamentais e antigovernamentais **violaram as proteções do direito internacional humanitário para atendimento médico**[cxxviii]. Em 20 de setembro de 2019, um ataque suicida do Talibã em uma instalação do NDS em Qalat, província de Zabul, matou 20 pessoas e deixou 80 feridos, a maioria civis, e danificou gravemente o único hospital da cidade e diversas ambulâncias, e impediu a assistência imediata à população afegã. Já as forças afegãs realizaram ataques a instalações médicas. Em julho de 2019, em um ataque, as forças especiais mataram funcionários de uma clínica na província de Wardak, e atingiu principalmente equipes médicas[cxxix].

Em 2017, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) foi forçado a suspender suas operações em partes do norte do Afeganistão após uma série de ataques a funcionários e unidades de saúde[cxxx].

Quase dois terços da população vivem em áreas diretamente afetadas pelo conflito, e mais de 250.000 pessoas necessitavam de tratamento médico de emergência em 2019[cxxxi].

4.5 - Deslocamentos Forçados

O deslocamento no Afeganistão é bastante crítico há mais de 40 anos, e seguiu um ritmo intenso de fluxos e contrafluxos bastante dinâmico nos momentos de alternâncias de poder, inícios e términos de insurgências e conflitos armados.

A ocupação soviética em 1979 forçou milhões de pessoas a fugir de suas casas. Em seguida, ao final dos anos 80, cerca de seis milhões de afegãos fugiram do país no auge da violência, enquanto outros dois milhões viviam em deslocamento interno[cxxxii]. Na mesma época, cerca de três milhões de refugiados retornaram ao país após a retirada das forças soviéticas, mas as sucessivas guerras civis entre forças afegãs e *mujahidins* desencadearam intensamente mais deslocamentos forçados[cxxxiii].

Após a tomada do poder pelo Talibã em 1996 restaurou-se temporariamente a aparência de lei e ordem, mas logo o ambiente de violência levou mais pessoas a fugirem de suas casas e escapar da perseguição. Também houve aumento acentuado no deslocamento durante o período da invasão americana em 2001, e simultaneamente a queda do Talibã levou a retornos generalizados ao país. Acredita-se que cerca de seis milhões de refugiados e mais de um milhão de deslocados internos retornaram entre 2001 e 2006[cxxxiv].

FIGURE 1: Timeline and displacement in Afghanistan, in millions

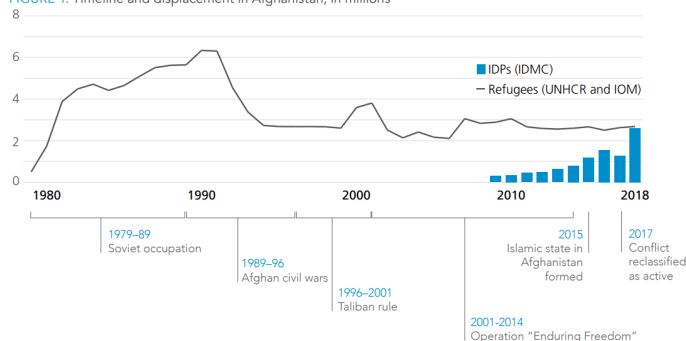


Figura 7 - Deslocamentos Forçados[xxxxv]

Estima-se que um em cada quatro afegãos é deslocado. A maioria dos deslocamentos no Afeganistão ocorre em áreas que são fortemente contestadas ou estão sob controle do Talibã.

Mais de 2,4 milhões de afegãos fugiram do país de 2012 a 2019. Eles foram a maioria dos solicitantes de refúgio na Europa em 2019 e correspondem a 20% de todos os deslocados que chegam ao país por terra e pelo Mar Mediterrâneo. Muitos afegãos retornaram ao país também. Embora tentativas de paz tenham falhado, mais de 3,3 milhões retornaram do exterior desde 2012, principalmente do Paquistão e Irã[xxxxvi].

Segundo a Anistia Internacional, 500 mil de afegãos foram devolvidos à força dos países vizinhos em 2019, mais de 476.000 deles somente do Irã. Europa e Turquia também devolveram a força um contingente considerável de afegãos. Ao retornarem, muitos afegãos ficam expostos a ameaças e violências de grupos armados e milícias locais que outrora tentavam escapar[xxxxvii].

Em 2019, estima-se que tenham ocorrido 461 mil novos deslocamentos internos devido a violência e conflitos, o que dá ao Afeganistão a quinta posição numa lista de países com maior contingente de deslocados forçados internos por causa de conflitos e violência[xxxxviii].

A natureza do conflito no país obriga afegãos a se deslocarem internamente, fugindo de áreas controladas por grupos armados insurgentes para áreas sob controle estatal ou fugindo de áreas rurais para áreas urbanas, em busca de maior segurança. A população de Cabul mais que triplicou desde 2001, em parte por causa dessa dinâmica de deslocamentos forçados internos[xxxxix].

O país também ocupou o segundo lugar na lista de países de origem de refugiados em 2019: 2,7 milhões de afegãos estavam em situação de refúgio[cx].

Considerando o conjunto de informações descritas nos itens acima, fica evidente que há violações sistemáticas aos direitos humanos da população afegã, tais como deslocamentos forçados; limitações aos direitos de minorias e de mulheres; recrutamento de crianças; violência sexual, inclusive de crianças; violência contra imprensa, defensores de direitos humanos e ativistas da sociedade civil, dentre outras violações.

5. OUTRAS CIRCUNSTÂNCIAS QUE TENHAM PERTURBADO GRAVEMENTE A ORDEM PÚBLICA

A crise no Afeganistão é uma das emergências humanitárias mais complexas do mundo[cxii]. As consequências nefastas trazidas pelo conflito são exacerbadas pela extrema pobreza, fragilidade do estado e escassa rede de serviços públicos básicos.

5.1 - Estado de direito

O governo afegão é incapaz de impor suas leis e decisões em partes do país controladas pelos Talibãs e outros grupos insurgentes e é altamente dependente do apoio militar e econômico dos Estados Unidos e seus aliados[cxiii]. Funcionários do governo e políticos em todos os níveis são regularmente alvo de assassinato[cxliv].

Segundo a Freedom House, o judiciário afegão é desorganizado e sujeito à corrupção e ameaças por parte de líderes locais ou grupos armados. Em muitos locais, principalmente áreas rurais, são empregados sistemas informais de justiça para arbitrar disputas e resolver conflitos, contrariamente ao princípio do Estado de Direito, aos direitos humanos e às leis afegãs. Nas áreas controladas pelo Talibã, o grupo instalou seu próprio judiciário, mas muitos comandantes impõem punições arbitrárias indiscriminadamente[cxlv].

O Afeganistão é frequentemente listado como um dos países mais corruptos do mundo. A Organização Transparência Internacional classifica o país na 173ª posição (de 198 países) no ranking sobre percepção da corrupção[cxlv]. Segundo o Banco Mundial, o Afeganistão ficou entre os 7% dos países com menor controle da corrupção no mundo entre 2002 e 2017[cxlv].

A corrupção é parte da vida cotidiana dos afegãos. Relatório da UNAMA sobre o tema informa que os cidadãos sofrem com desigualdades nas oportunidades econômicas, de trabalho e de acesso a serviços devido ao nepotismo e clientelismo generalizados. A percepção da corrupção como endêmica pela sociedade afegã também mina a confiança dos cidadãos nas instituições estatais[cxlviii].

Em seu relatório, a UNAMA coloca a luta contra a corrupção como uma questão de “sobrevivência nacional”, devido à profundidade das raízes da corrupção nas estruturas do Afeganistão, que trazem sérios desafios à implementação de um estado de direito e de uma economia organizada e regulada[cxlviii].

5.2 – Direitos políticos

A atividade política é prejudicada pela presença do Talibã, Estado Islâmico, grupo insurgentes armados, e por várias milícias ligadas ao governo e/ ou aos agentes do poder local[cxlix].

A UNAMA registrou 473 vítimas civis por violência relacionada ao ano eleitoral de 2019, principalmente relacionadas ao Talibã. A organização documentou o uso generalizado de fogo indireto em áreas povoadas no dia da eleição, além da utilização de IEDs nos centros de votação ou áreas

próximas, que colocaram os eleitores em risco extremo[cl]. Episódios como esses **violam o direito dos afegãos de participar com segurança e liberdade nas eleições**[cli].

Nas eleições de 2018 também houve incidentes de segurança, resultando em 271 vítimas civis (86 mortos e 185 feridos). Cerca de 75% dos 23 ataques ocorreram em escolas ou mesquitas utilizadas nas eleições[cliii].

Os episódios de violência ocorridos durante os processos eleitorais ilustram a **fraqueza das instituições democráticas do país**, e que o Estado é incapaz de assegurar regras democráticas básicas[cliiii].

5.3 - Situação Socioeconômica

A **situação socioeconômica do país é precária**. A incerteza política, insegurança, corrupção e a incapacidade do governo de estender o estado de direito a todo o país afetam negativamente a economia já frágil do país. **Estima-se que 55% da população viva abaixo da linha da pobreza**, e o acesso das pessoas a serviços básicos e necessários de saúde, educação e água potável é limitado[cliv]. Ao final de 2020, esse número pode chegar a **alarmantes 61% a 72% da população**, devido aos impactos da pandemia da COVID-19 na geração de renda e no aumento dos preços de comida e outros insumos vitais[clvi].

Desde 2013, houve uma queda acentuada do produto Interno Bruto – PIB per capita estimado em US\$ 540 USD em 2019, em comparação com US\$ 660 em 2013[clvii]. **O Afeganistão ocupa a 171ª posição na lista de 181 países com relação ao indicador de desenvolvimento humano** do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD[clviii]. Além disso, a expectativa de vida está entre as mais baixas do mundo[clviii].

Em 2019, a economia afegã cresceu 3,9%, puxada principalmente pelo crescimento da agricultura, após uma severa seca em 2018[clix]. A agricultura é o principal setor econômico do país, responde por um quarto do PIB e emprega 44% da força de trabalho[cix].

Apesar do crescimento observado em 2019, estima-se que a economia encolha 5% em 2020 devido aos impactos da pandemia do COVID-19, principalmente nos setores industriais e de serviço[clxi]. O Banco Mundial também ressalta outros riscos ao crescimento econômico do país em 2020, tais como redução da ajuda externa, deterioração das condições de segurança e continuidade da instabilidade política[clxii].

O país é altamente dependente de ajuda externa, responsável por quase metade do orçamento do governo. Recursos internacionais financiaram cerca de 75% do total do gasto público e de 90% dos gastos em segurança em 2019[clxiii]. Apesar disso, esses recursos caíram pela metade desde 2009, o que torna a situação socioeconômica do país ainda mais fragilizada.

A FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) apontou em agosto de 2019 uma crise alimentar no Afeganistão, em virtude da seca, do aumento da violência e do deslocamento em massa, afetando várias províncias, incluindo Cabul. O país é o terceiro do mundo em termos de número de pessoas com extrema insegurança alimentar[clxiv].

A ausência de estado em diversas regiões do país favorece o cultivo ilegal da papoula, principalmente nas províncias do sul. Atualmente, cerca de 90% do ópio disponível no mundo vem do Afeganistão. Estima-se que a produção e o tráfico de drogas respondem por até 15% do produto interno bruto do Afeganistão. Há indícios de que o Talibã e a rede Al-Qaeda são financiados pelo tráfico de drogas, além de envolvimento de governantes estatais e oficiais públicos no negócio ilegal[clxv].

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Diante das informações presentes neste relatório, conclui-se que a República Islâmica do Afeganistão apresenta um diagnóstico de grave crise institucional com múltiplas violações dos direitos humanos, conforme inciso III do art. 1º da Lei nº 9.474, de 1997.

Vislumbra-se, pois, ações práticas como sugestões decorrentes deste Estudo de País de Origem - EPO.

A primeira delas é a **recomendação, ao Comitê Nacional para os Refugiados, para reconhecer e declarar a situação de grave e generalizada violação de direitos humanos, em todo o território da República Islâmica do Afeganistão**.

A segunda delas está condicionada à adoção da primeira recomendação e direciona-se a esta própria Coordenação-Geral, para que, na inexistência de critérios e condições que leve ao reconhecimento da condição de refugiado de nacionais afegãos com fulcro no inciso I do art. 1º da Lei nº 9.474, de 1997, sejam os casos submetidos à apreciação do Comitê com fulcro no inciso III do mesmo art. 1º.

Diante da extensa pesquisa de país de origem, analisada à luz dos critérios de Cartagena, reconhecidos pela comunidade internacional, considero que a República Islâmica do Afeganistão apresenta grave diagnóstico institucional com múltiplas violações dos direitos humanos e, com fulcro no inciso III do art. 1º da Lei nº 9.474/97, **submeto à apreciação do Comitê Nacional para os Refugiados que reconheça a situação de Grave e Generalizada Violação de Direitos Humanos em todo o território da República Islâmica do Afeganistão**, com base nos critérios inspirados na Declaração de Cartagena, bem como ouvida a consideração do MRE.

Para tanto, recomendo ao Comitê Nacional para os Refugiados:

1. Adotar procedimentos simplificados para a tramitação dos processos de reconhecimento da condição de refugiado de nacionais afegãos;
2. Que seja dispensada a entrevista de elegibilidade, desde que o requerente:
 1. tenha em seu processo documentação afegã, a fim de comprovar a sua nacionalidade, podendo ser passaporte ou documento de identidade, ainda que fora da validade;
 2. tenha como registro de última movimentação migratória a entrada no país;
 3. não tenham óbice contra si;
 4. tenha atingido a maioridade civil (18 anos); e
 5. não tenha autorização de residência em território nacional, nos termos da Lei nº

3. Que seja mantida a indispensabilidade de verificação de excludentes, com base no art. 3º da Lei nº 9.474, de 1997;
4. Que seja mantida a indispensabilidade de verificação de óbices, por parte de qualquer instituição ou de indivíduo;
5. Que seja mantida a indispensabilidade de verificação de permanência em território nacional, inclusive podendo ser provada por meio de entrevista complementar; e
6. Por fim, considerando as mudanças no contexto interno do país, sugere-se que a atualização da decisão seja feita, no mínimo, após transcorridos 12 meses, a contar da data de decisão inicial pelo Comitê Nacional para os Refugiados, com a ressalva de que pode ser feita a qualquer momento caso haja mudança no contexto fático do país.

QUADRO RESUMO

CRITÉRIOS	RESUMO DAS PRINCIPAIS INFORMAÇÕES DO PAÍS
1. Violência Generalizada	Alto número de vítimas do conflito. Estima-se que já são mais de 157 mil mortos desde o início da guerra. Uso indiscriminado de dispositivos explosivos improvisados, ataques terroristas e ataques deliberados a civis, o que faz do conflito afegão um dos mais mortais para civis do mundo. Há denúncias de ataques a civis de todos os lados do conflito. O Talibã controla 19% do país e 47% do território é disputado entre Talibã e governo.
2. Agressão Estrangeira	Os EUA tem presença militar no país desde 2001. No ápice da missão internacional militar, havia 130 mil soldados estrangeiros de mais de 50 países aliados da OTAN. Há uma tendência de crescimento de vítimas civis relacionadas a ataques aéreos e operações de busca por parte das forças governamentais e internacionais desde 2015. Há denúncias de ataques deliberados a civis e execuções sumárias realizadas pelas tropas internacionais. Os EUA lançaram a sua maior bomba não nuclear sobre o país em 2017. Em 2019, foram mais de sete mil munições lançadas pelo país no Afeganistão.
3. Conflitos Internos	O Afeganistão está imerso em conflitos não internacionais múltiplos e sobrepostos. Os principais atores do conflito são as forças de segurança nacional, forças militares internacionais, EUA, Talibã, Estado Islâmico da Província de Khorasan, Rede Haqqani, Al-Qaeda, além de diversos outros grupos armados estrangeiros, com maior ou menor presença no país, tais como: (1) Tehrik-e-Taliban Pakistan; (2) Jaish-i-Mohammed; (3) Lashkar-e-Tayyiba; (4) Movimento Islâmico do Turquestão Oriental; (5) Movimento Islâmico do Uzbequistão (ou Jundullah); (6) Jamaat Ansarullah Tajiquistão; (7) Lashkar-e Islam; (8) Grupo Salafista.
4. Violação Maciça dos Direitos Humanos	Há violações sistemáticas aos direitos humanos da população afegã, tais como deslocamentos forçados; limitações aos direitos de minorias e de mulheres; recrutamento de crianças; violência sexual, inclusive de crianças; ataques a defensores de direitos humanos, jornalistas e ativistas da sociedade civil por forças governamentais e não governamentais; dentre outras violações. O Estado não é capaz de prover segurança e defesa das liberdades individuais que são vistas como violadoras de normas sociais e religiosas.
5. Circunstâncias que tenham Perturbado Gravemente a Ordem Pública	O governo afegão é incapaz de impor suas leis e decisões em partes do país controladas pelos Talibãs e outros grupos insurgentes e é altamente dependente do apoio militar e econômico estrangeiro. Processos eleitorais são marcados por violência. Há corrupção generalizada no estado e sociedade afegãos. As consequências do conflito são exacerbadas pela extrema pobreza, fragilidade do estado e escassa rede de serviços públicos básicos.
6. Posicionamento MRE	Favorável ao reconhecimento da condição de refugiado

REFERÊNCIAS

- [i] DECLARAÇÃO DE CARTAGENA. 22 de novembro de 1984. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf. Acesso em: 14 setembro 2020.
- [ii] LI PORTAL. **Portal de informações do país: Afeganistão**. Disponível em: <https://www.liportal.de/afghanistan/geschichte-staat/>. Acesso em: 10 fevereiro 2020
- [iii] WORLD BANK. **Afghanistan Overview**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/afghanistan/overview>. Acesso em: 10 fevereiro 2020.
- [iv] CIA – Central Intelligence Agency. **The World Factbook** – Country Profile Afghanistan. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/afghanistan/overview>. Acesso em: 10 fevereiro 2020.

[v] BPB - Bundeszentrale für politische Bildung. **Dossiê Afeganistão**. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/af.html>. Acesso em: 10 fevereiro 2020

[vi] LIPORTAL. **Portal de informações do país: Afeganistão**. Disponível em: <https://www.liportal.de/afghanistan/geschichte-staat/>. Acesso em: 11 setembro 2020

[vii] RADIOFREE EUROPE. **Loya Jirga – An Afghan Tradition Explained**. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/afghanistan-loya-jirga-explainer/25174483.html>. Acesso em: 29 setembro 2020.

[viii] EASO – European Asylum Support Office. **Afghanistan State Structure and Security Forces**. Publicado em: Agosto 2020. Disponível em: https://www.ecoi.net/en/file/local/2036745/2020_08_EASO_COI_Report_Afghanistan_state_structure_and_security_forces.pdf. Acesso em: 29 setembro 2020.

[ix] OXFAM INTERNATIONAL. **The Cost of War, Afghan Experiences of Conflict, 1978-2009**. Publicado em: novembro 2009. Disponível em: https://www-cdn.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/afghanistan-the-cost-of-war_14.pdf. Acesso em: 2 setembro 2020, p. 5.

[x] EASO – European Asylum Support Office. **Afghanistan Security situation**. Publicado em: setembro 2020. Disponível em: https://www.ecoi.net/en/file/local/2038213/2020_09_EASO_COI_Report_Afghanistan_Security_situation.pdf. Acesso: 2 outubro 2020.

[xi] OXFAM INTERNATIONAL. **The Cost of War, Afghan Experiences of Conflict, 1978-2009**. Publicado em: novembro 2009. Disponível em: https://www-cdn.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/afghanistan-the-cost-of-war_14.pdf. Acesso em: 2 setembro 2020, p. 5.

[xii] Ibidem.

[xiii] EASO – European Asylum Support Office. **Afghanistan Security situation**. Publicado em: setembro 2020. Disponível em: https://www.ecoi.net/en/file/local/2038213/2020_09_EASO_COI_Report_Afghanistan_Security_situation.pdf. Acesso: 2 outubro 2020.

[xiv] Ibidem.

[xv] SAPO Online. **Principais acontecimentos na Guerra do Afeganistão**. Disponível em: <https://noticias.sapo.ao/sociedade/artigos/11-setembro-principais-acontecimentos-na-guerra-do-afeganistao>. Acesso em: 11 fevereiro 2020

[xvi] PONNIAH, Kevin. Counting the cost of Trump's air war in Afghanistan. **BBC News**. Publicado em: 7 junho 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-44282098>. Acesso em: 28 fevereiro 2020.

[xvii] BBC. **Country Profile: Afghanistan**. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-south-asia-12011352>. Acesso em: 28 fevereiro 2020.

[xviii] BBC. **Guerra no Afeganistão**: 5 perguntas para entender o conflito armado mais longo já travado pelos EUA. Publicado em: 9 setembro 2019. Acesso em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49635386>. Acesso em: 28 fevereiro 2020.

[xix] BBC News. **Why is there a war in Afghanistan?** Publicado em: 29 fevereiro 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-49192495>. Acesso em: 29 fevereiro 2020

[xx] BBC News. **Conflito no Afeganistão**: EUA e Taliban assinam acordo para encerrar guerra de 18 anos. Publicado em: 29 fevereiro 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51683929>. Acesso em: 28 fevereiro 2020.

[xxi] BBC News. **Afghan conflict**: Taliban to resume attacking local forces after deal with US. Publicado em: 2 março 2020. Disponível em: <https://www.bbc.co.uk/news/world-asia-51706126>. Acesso em: 6 março 2020.

[xxii] UNAMA – UNITED NATIONS ASSISTANCE MISSION IN AFGHANISTAN. **Afghanistan Midyear Report on Protection of Civilians in Armed Conflict: 2020**. Publicado em: julho 2020. Disponível em: https://unama.unmissions.org/sites/default/files/unama_poc_midyear_report_2020_-_27_july-revised_10_august.pdf. Acesso em: 14 setembro 2020.

[xxiii] UNAMA – UNITED NATIONS ASSISTANCE MISSION IN AFGHANISTAN. **Afghanistan Annual Report on Protection of Civilians in Armed Conflict: 2019**. Publicado em: julho 2020. Disponível em: https://unama.unmissions.org/sites/default/files/afghanistan_protection_of_civilians_annual_report_2019.pdf. Acesso em: 15 setembro 2020.

[xxiv] AIHRC – Afghanistan Independent Human Rights Commission. **Report Summary: Civilian Casualties in 2019**. Publicado em: 4 fevereiro 2020. Disponível em: https://www.aihrc.org.af/home/annual_report/8760. Acesso em: 16 setembro 2020.

[xxv] O Estado Islâmico da Província de Khorasan (The Islamic State of Iraq and the Levant - Khorasan - ISIL - K) é um braço do grupo militante Estado Islâmico que atua na região de Khorasan, uma área que engloba partes do Irã, Afeganistão, Paquistão e Ásia Central. O grupo foi criado em 2015, por ex-combatentes de facções do Talibã que juraram lealdade ao Estado Islâmico (UN Security Council. The Islamic State of Iraq and the Levant - Khorasan (ISIL - K). Disponível em: <https://www.un.org/securitycouncil/content/islamic-state-iraq-and-levant-khorasan-isil-k>. Acesso em: 15 setembro 2020. Mais informações sobre o grupo podem ser encontradas no item "Conflito Armado" deste documento.

[xxvi] UNAMA – UNITED NATIONS ASSISTANCE MISSION IN AFGHANISTAN. **Afghanistan Annual Report on Protection of Civilians in Armed Conflict: 2019**. Publicado em: julho 2020. Disponível em: https://unama.unmissions.org/sites/default/files/afghanistan_protection_of_civilians_annual_report_2019.pdf. Acesso em: 15 setembro 2020.

[xxvii] UNAMA – UNITED NATIONS ASSISTANCE MISSION IN AFGHANISTAN. **Midyear Update on the Protection of Civilians in Armed Conflict: 1 January to 30 June 2019**. Publicado em: julho 2019. Disponível em: https://unama.unmissions.org/sites/default/files/unama_poc_midyear_update_2019_-_30_july_2019_english.pdf. Acesso em: 16 setembro 2020.

[xxviii] UNAMA – UNITED NATIONS ASSISTANCE MISSION IN AFGHANISTAN. **Afghanistan Annual Report on Protection of Civilians in Armed Conflict: 2019**. Publicado em: julho 2020. Disponível em: https://unama.unmissions.org/sites/default/files/afghanistan_protection_of_civilians_annual_report_2019.pdf. Acesso em: 16 setembro 2020.

[xxix] Ibidem.

[xxx] UNAMA – UNITED NATIONS ASSISTANCE MISSION IN AFGHANISTAN. **Afghanistan Midyear Report on Protection of Civilians in Armed Conflict: 2020**. Publicado em: julho 2020. Disponível em: https://unama.unmissions.org/sites/default/files/unama_poc_midyear_report_2020_-_27_july-revised_10_august.pdf. Acesso em: 14 setembro 2020.

[xxxi] ACLED – Armed Conflict Location & Event Data Project. **The US-Taliban Peace Deal: 10 Weeks On**. Publicado em: maio 2020. Disponível em: <https://acleddata.com/2020/05/22/the-us-taliban-peace-deal-10-weeks-on/>. Acesso em: 20 setembro 2020.

[xxxii] ACLED – Armed Conflict Location & Event Data Project. **Mid-year Update: 10 conflicts to worry about in 2020**. Publicado em: Agosto 2020. Disponível em: <https://acleddata.com/2020/08/18/mid-year-update-10-conflicts-to-worry-about-in-2020/#1597759451635-8d69639a-54e5>. Acesso em: 20 setembro 2020.

[xxxiii] UNAMA – UNITED NATIONS ASSISTANCE MISSION IN AFGHANISTAN. **Afghanistan Annual Report on Protection of Civilians in Armed Conflict: 2019**. Publicado em: julho 2020. Disponível em: https://unama.unmissions.org/sites/default/files/afghanistan_protection_of_civilians_annual_report_2019.pdf. Acesso em: 16 setembro 2020.

[xxxiv] BBC News. **Afghanistan's Ghani says 45,000 security personnel killed since 2014**. Publicado em 25 janeiro 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-47005558>. Acesso em: 14 setembro 2020.

[xxxv] ACCLED - Armed Conflict Location & Event Data Project. Disponível em: <https://acleddata.com/dashboard/#/dashboard>. Acesso em: 21 setembro 2020.

[xxxvi] BROWN University. **Costs of War**. Disponível em: <https://watson.brown.edu/costsofwar/figures>. Acesso em: 23 setembro 2020.

[xxxvii] AIHRC – Afghanistan Independent Human Rights Commission. **Report Summary: Civilian Casualties in 2019**. Publicado em: 4 fevereiro 2020. Disponível em: https://www.aihrc.org.af/home/annual_report/8760. Acesso em: 16 setembro 2020.

[xxxviii] LANDINFO – Norwegian Country of Origin Information Centre. **Afghanistan Sikkerhetssituasjon og konfliktmønster i 2019**. Publicado em: 22 janeiro 2020. Disponível em: <https://www.ecoi.net/en/file/local/2023183/Temanotat-Afghanistan-Sikkerhetssituasjonen-og-konfliktm%C3%B8nster-i-2019-22012020.pdf> (accessed on 20 February 2020)

[xxxix] SIGAR – Special Inspector General for Afghanistan Reconstruction. **Report to the United States Congress**. Publicado em: 30 janeiro 2019. Disponível em: https://www.ecoi.net/en/file/local/1458001/1788_1550585444_3001.pdf. Acesso em: 18 setembro 2020.

[xl] Ibidem.

[xli] Ibidem.

[xlii] KENNEDY, Merrit. The U.S. Public Will No Longer Have A Key Data Point About Afghanistan War. **NPR**. Publicado em: 1 maio 2019. Disponível em: <https://www.npr.org/2019/05/01/719018027/the-u-s-public-will-no-longer-have-a-key-data-point-about-afghanistan-war>. Acesso em: 18 setembro 2020.

[xliii] Landinfo – Norwegian Country of Origin Information Centre. **Afghanistan Sikkerhetssituasjon og konfliktmønster i 2019**. Publicado em: 22 janeiro 2020. Disponível em: <https://www.ecoi.net/en/file/local/2023183/Temanotat-Afghanistan-Sikkerhetssituasjonen-og-konfliktm%C3%B8nster-i-2019-22012020.pdf>. Acesso em: 20 fevereiro 2020.

[xliv] As informações foram retiradas do relatório original da Landinfo Norueguesa, em norueguês, e traduzidas para o inglês com o auxílio da ferramenta de tradução do Google.

[xlv] United Nations General Assembly Security Council. **The situation in Afghanistan and its implications for international peace and security**. Publicado em: 10 dezembro 2019. Disponível em: https://unama.unmissions.org/sites/default/files/sq_report_on_afghanistan_10_december_2019.pdf. Acesso em: 21 setembro 2020.

[xlvi] LWJ. **Mapping Taliban Control in Afghanistan**. Disponível em: <https://www.longwarjournal.org/mapping-taliban-control-in-afghanistan>. Acesso em: 9 setembro 2020.

[xlvii] HRW – Human Rights Watch. **Annual report on the human rights situation in 2019: Afghanistan**. Publicado em: 14 janeiro 2020. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2020/country-chapters/afghanistan>. Acesso em: 21 setembro 2020.

[xlviii] Ibidem.

[xlix] UNAMA – UNITED NATIONS ASSISTANCE MISSION IN AFGHANISTAN. **Afghanistan Midyear Report on Protection of Civilians in Armed Conflict: 2020**. Publicado em: julho 2020. Disponível em: https://unama.unmissions.org/sites/default/files/unama_poc_midyear_report_2020_-_27_july-revised_10_august.pdf. Acesso em: 14 setembro 2020.

[l] NATO – North Atlantic Treaty Organization. **ISAF's mission in Afghanistan (2001-2014)**. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_69366.htm. Acesso em: 23 setembro 2020.

[li] US DOD – Department of Defense. **Operation Freedom's Sentinel Lead Inspector General Report to the United States Congress October 1 – December 31 2019**. Publicado em: dezembro 2019. Disponível em: https://www.stateoig.gov/system/files/q1fy2020_leadig_ofs_report.pdf. Acesso em: 23 setembro 2020.

[iii] BBC. **Guerra no Afeganistão: 5 perguntas para entender o conflito armado mais longo já travado pelos EUA**. Publicado em: setembro 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49635386>. Acesso em: 22 setembro 2020.

[iiii] NATO – North Atlantic Treaty Organization. **ISAF's mission in Afghanistan (2001-2014)**. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_69366.htm. Acesso em: 23 setembro 2020.

[liv] NATO – North Atlantic Treaty Organization. **Resolute Support Mission (RSM): Key Facts and Figures**. Publicado em: fevereiro 2020. Disponível em: https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2020/2/pdf/2020-02-RSM-Placemat.pdf. Acesso em: 23 setembro 2020.

[lv] US DOD – Department of Defense. **Operation Freedom's Sentinel Lead Inspector General Report to the United States Congress October 1 – December 31 2019**. Publicado em: dezembro 2019. Disponível em: https://www.stateoig.gov/system/files/q1fy2020_leadig_ofs_report.pdf. Acesso em: 23 setembro 2020.

[lvi] Ibidem.

[lvii] UNAMA – UNITED NATIONS ASSISTANCE MISSION IN AFGHANISTAN. **Afghanistan Annual Report on Protection of Civilians in Armed Conflict: 2019**. Publicado em: julho 2020. Disponível em: https://unama.unmissions.org/sites/default/files/afghanistan_protection_of_civilians_annual_report_2019.pdf. Acesso em: 24 setembro 2020.

[lviii] Ibidem.

[lix] Ibidem.

[lx] Ibidem.

[lxi] AL JAZEERA NEWS. **Afghanistan: Scores of ISIL fighters dead in MOAB raid**. Publicado em: 15 abril 2017. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2017/04/15/afghanistan-scores-of-isil-fighters-dead-in-moab-raid/>. Acesso em: 29 setembro 2020.

[lxii] UNAMA – UNITED NATIONS ASSISTANCE MISSION IN AFGHANISTAN. **Afghanistan Annual Report on Protection of Civilians in Armed Conflict: 2019**. Publicado em: julho 2020. Disponível em: https://unama.unmissions.org/sites/default/files/afghanistan_protection_of_civilians_annual_report_2019.pdf. Acesso em: 25 setembro 2020.

[lxiii] BALDWIN, Clive. UK War Crime Revelations in Afghanistan Expose Justice Failings. **HRW**. Publicado em: 5 agosto 2020. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2020/08/05/uk-war-crime-revelations-afghanistan-expose-justice-failings>. Acesso em: 23 setembro 2020.

[lxiv] ARBUTHNOTT, George; CALVERT, Jonathan; COLLINS, David. 'Rogue SAS Afghanistan execution squad' exposed by email trail. **The Sunday Times**. Publicado em: 1 agosto 2020. Disponível em: <https://www.thetimes.co.uk/article/rogue-sas-afghanistan-execution-squad-exposed-by-email-trail-7pg3dkdww>. Acesso em: 23 setembro 2020.

[lxv] BARDO, Matt; O'GRADY Hannah. Did UK Special Forces execute unarmed civilians? **BBC NEWS**. Publicado em: 1 agosto 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-53597137>. Acesso em: 23 setembro 2020.

[lxvi] SIGAR – Special Inspector General for Afghanistan Reconstruction. **Quarterly Report to the United State Congress**. Publicado em: 30 julho 2020. Disponível em: <https://www.sigar.mil/pdf/quarterlyreports/2020-07-30qr.pdf>. Acesso em: 23 setembro 2020.

[lxvii] BROWN University. **Costs of War**. Disponível em: <https://watson.brown.edu/costsofwar/figures>. Acesso em: 23 setembro 2020.

[lxviii] ZEINO, Eliinos. Peace versus Democracy? Afghanistan between Government Crisis and a U.S. Peace Deal with the Taliban. **Pajhwok**. Publicado em: 6 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.pajhwok.com/en/opinions/peace-versus-democracy-afghanistan-between-government-crisis-and-us-peace-deal-taliban>. Acesso em: 22 setembro 2020.

[lxix] EASO – European Asylum Support Office. **COUNTRY OF ORIGIN INFORMATION REPORT: AFGHANISTAN: STATE STRUCTURE AND SECURITY FORCES**. Publicado em: Agosto 2020. Disponível em: https://www.ecoi.net/en/file/local/2036745/2020_08_EASO_COI_Report_Afghanistan_state_structure_and_security_forces.pdf. Acesso em: 22 setembro 2020.

[lxx] RUTTIG, Thomas. From Doha to Peace? Obstacles rising in the way of intra-Afghan talks. **Afghanistan Analysts Network**. Publicado em: 3 março 2020. Disponível em: <https://www.afghanistan-analysts.org/en/reports/war-and-peace/from-doha-to-peace-obstacles-rising-in-the-way-of-intra-afghan-talks/>. Acesso em: 23 setembro 2020.

[lxxi] SIGAR – Special Inspector General for Afghanistan Reconstruction. **Quarterly Report to the United State Congress**. Publicado em: 30 julho 2020. Disponível em: <https://www.sigar.mil/pdf/quarterlyreports/2020-07-30qr.pdf>. Acesso em: 23 setembro 2020.

[lxxii] RULAC é um projeto que identifica e classifica situações de conflito armado, fornece informações sobre as partes desses conflitos e o direito internacional aplicável. RULAC - Rule of Law in Armed Conflicts. **Non-international armed conflicts in Afghanistan**. Disponível em: <http://www.rulac.org/browse/conflicts/non-international-armed-conflicts-in-afghanistan#collapse1accord>. Acesso em: 30 setembro 2020.

[lxxiii] RULAC - Rule of Law in Armed Conflicts. **Non-international armed conflicts in Afghanistan**. Disponível em: <http://www.rulac.org/browse/conflicts/non-international-armed-conflicts-in-afghanistan#collapse1accord>. Acesso em: 30 setembro 2020.

[lxxiv] UNAMA – UNITED NATIONS ASSISTANCE MISSION IN AFGHANISTAN. **Afghanistan Annual Report on Protection of Civilians in Armed Conflict: 2019**. Publicado em: julho 2020. Disponível em: https://unama.unmissions.org/sites/default/files/afghanistan_protection_of_civilians_annual_report_2019.pdf. Acesso em: 25 setembro 2020.

[lxxv] Ibidem.

[lxxvi] O Estado Islâmico da Província de Khorasan (The Islamic State of Iraq and the Levant - Khorasan - ISIL - K) é um braço do grupo militante Estado Islâmico que atua na região de Khorasan, uma área que engloba partes do Irã, Afeganistão, Paquistão e Ásia Central. O grupo foi criado em 2015, por ex-combatentes de facções do Talibã que juraram lealdade ao Estado Islâmico (UN Security Council. The Islamic State of Iraq and the Levant - Khorasan (ISIL - K). Disponível em: <https://www.un.org/securitycouncil/content/islamic-state-iraq-and-levant-khorasan-isil-k>. Acesso em: 15 setembro 2020).

[lxxvii] UNAMA – UNITED NATIONS ASSISTANCE MISSION IN AFGHANISTAN. **Afghanistan Annual Report on Protection of Civilians in Armed Conflict: 2019**. Publicado em: julho 2020. Disponível em: https://unama.unmissions.org/sites/default/files/afghanistan_protection_of_civilians_annual_report_2019.pdf. Acesso em: 25 setembro 2020.

[lxxviii] UNAMA – UNITED NATIONS ASSISTANCE MISSION IN AFGHANISTAN. **Afghanistan Midyear Report on Protection of Civilians in Armed Conflict: 2020**. Publicado em: julho 2020. Disponível em: https://unama.unmissions.org/sites/default/files/unama_poc_midyear_report_2020_-_27_july-revised_10_august.pdf. Acesso em: 14 setembro 2020.

[lxxix] EASO – European Asylum Support Office. **Afghanistan: Anti-Government Elements**. Publicado em: agosto 2020. Disponível em: https://www.ecoi.net/en/file/local/2035687/2020_08_EASO_COI_Report_Afghanistan_Anti_Government_Elements_AGEs.pdf. Acesso em: 01 outubro 2020, p. 19.

[lxxx] Ibidem, p. 20.

[lxxxi] BBC. **Who are the Taliban?** Publicado em: 27 fevereiro 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-south-asia-11451718>. Acesso em: 1 outubro 2020.

[lxxxii] Landinfo – Norwegian Country of Origin Information Centre. **Afghanistan Sikkerhetssituasjon og konfliktmønster i 2019**. Publicado em: 22 janeiro 2020. Disponível em: <https://www.ecoi.net/en/file/local/2023183/Temanotat-Afghanistan-Sikkerhetssituasjonen-og-konfliktm%C3%B8nster-i-2019-22012020.pdf>. Acesso em: 20 fevereiro 2020.

[lxxxiii] EASO – European Asylum Support Office **Afghanistan: Anti-Government Elements**. Publicado em: agosto 2020. Disponível em: https://www.ecoi.net/en/file/local/2035687/2020_08_EASO_COI_Report_Afghanistan_Anti_Government_Elements_AGEs.pdf. Acesso em: 01 outubro 2020, p. 16.

[lxxxiv] LWJ. **Mapping Taliban Control in Afghanistan**. Disponível em: <https://www.longwarjournal.org/mapping-taliban-control-in-afghanistan>. Acesso em: 9 setembro 2020.

[lxxxv] BBC. **Why is there a war in Afghanistan?** Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-49192495>. Acessado em 28/02/2020

[lxxxvi] EASO – European Asylum Support Office. **Afghanistan: Anti-Government Elements**. Publicado em: agosto 2020. Disponível em: https://www.ecoi.net/en/file/local/2035687/2020_08_EASO_COI_Report_Afghanistan_Anti_Government_Elements_AGEs.pdf. Acesso em: 01 outubro 2020, p. 29.

[lxxxvii] Ibidem.

[lxxxviii] UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Eleventh report of the Analytical Support and Sanctions Monitoring Team**. Publicado em: 27 maio 2020. Disponível em: Acesso em: 9 outubro 2020.

[lxxxix] Ibidem.

[xc] Ibidem.

[xci] UNAMA – UNITED NATIONS ASSISTANCE MISSION IN AFGHANISTAN. **Afghanistan Annual Report on Protection of Civilians in Armed Conflict: 2019**. Publicado em: julho 2020. Disponível em: https://unama.unmissions.org/sites/default/files/afghanistan_protection_of_civilians_annual_report_2019.pdf. Acesso em: 13 outubro 2020.

[xcii] Ibidem.

[xciii] UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Eleventh report of the Analytical Support and Sanctions Monitoring Team**. Publicado em: 27 maio 2020. Disponível em: Acesso em: 9 outubro 2020.

[xciv] UN – United Nations. **United Nations Security Council Consolidated List**. Publicada em: outubro 2020. Disponível em: <https://scsanctions.un.org/fop/fop?xml=htdocs/resources/xml/en/consolidated.xml&xslt=htdocs/resources/xsl/en/consolidated.xsl>. Acesso em: 13 outubro 2020.

[xcv] Ibidem.

[xcvi] UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Eleventh report of the Analytical Support and Sanctions Monitoring Team**. Publicado em: 27 maio 2020. Disponível em: Acesso em: 9 outubro 2020.

[xcvii] Ibidem.

[xcviii] EASO – European Asylum Support Office. **Afghanistan: Anti-Government Elements**. Publicado em: agosto 2020. Disponível em: https://www.ecoi.net/en/file/local/2035687/2020_08_EASO_COI_Report_Afghanistan_Anti_Government_Elements_AGEs.pdf. Acesso em: 13 outubro 2020.

[xcix] AI – Anistia Internacional. **Human Rights in Asia-Pacific; Review of 2019 – Afghanistan**. Publicado em: 30 janeiro 2020. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/countries/asia-and-the-pacific/afghanistan/report-afghanistan/>. Acesso em: 17 fevereiro 2020.

[c] UN HRC – UN Human Rights Council. **Situation of human rights in Afghanistan, and technical assistance achievements in the field of human rights; Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights**. Publicado em: 16 janeiro 2020. Disponível em: https://www.ecoi.net/en/file/local/2024413/A_HRC_43_74_E.pdf. Acesso em: 17 de fevereiro 2020.

[ci] AI – Anistia Internacional. **Human Rights in Asia-Pacific; Review of 2019 – Afghanistan.** Publicado em: 30 janeiro 2020. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/countries/asia-and-the-pacific/afghanistan/report-afghanistan/>. Acesso em: 17 fevereiro 2020.

[cij] SIGAR – Special Inspector General for Afghanistan Reconstruction. **Quarterly Report to the United State Congress.** Publicado em: 30 julho 2020. Disponível em: <https://www.sigar.mil/pdf/quarterlyreports/2020-07-30qr.pdf>. Acesso em: 15 outubro 2020.

[ciii] UN HRC – UN Human Rights Council. **Situation of human rights in Afghanistan, and technical assistance achievements in the field of human rights; Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights.** Publicado em: 16 janeiro 2020. Disponível em: https://www.ecoi.net/en/file/local/2024413/A_HRC_43_74_E.pdf. Acesso em: 17 de fevereiro 2020.

[civ] Ibidem.

[cv] Ibidem.

[cvi] MSF – Médicos sem Fronteiras. **Gravidez e parto seguro no Afeganistão.** Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/gravidez-e-parto-seguros-no-afeganistao> Acesso em: 12 março 2020.

[cvii] FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World 2020: Afghanistan.** Disponível em: <https://freedomhouse.org/country/afghanistan/freedom-world/2020>. Acesso em: 28 fevereiro 2020.

[cviii] Ibidem.

[cix] OUTRIGHT. **The Global State of LGBTIQ Organizing: The Right to Register.** 2018. Disponível em: https://outrightinternational.org/sites/default/files/CSORReportJuly2018_FINALWeb.pdf. Acesso em: 15 outubro 2020.

[cx] AI – Anistia Internacional. **Human Rights in Asia-Pacific; Review of 2019 – Afghanistan.** Publicado em: 30 janeiro 2020. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/countries/asia-and-the-pacific/afghanistan/report-afghanistan/>. Acesso em: 17 fevereiro 2020.

[cxi] HRW – Human Rights Watch. **World Report 2020 – Afghanistan.** Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2020/country-chapters/afghanistan>. Publicado em: janeiro 2020. Acesso em: 14 outubro 2020.

[cxii] Ibidem.

[cxiii] AI – Anistia Internacional. **Human Rights in Asia-Pacific; Review of 2019 – Afghanistan.** Publicado em: 30 janeiro 2020. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/countries/asia-and-the-pacific/afghanistan/report-afghanistan/>. Acesso em: 14 outubro 2020.

[cxiv] Ibidem.

[cxv] Ibidem.

[cxvi] HAMID, Samira. Defending Afghanistan's defenders: from commitments to action. **Anistia Internacional.** Publicado em: 27 fevereiro 2020. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/02/defending-afghanistans-defenders/>. Acesso em: 5 março 2020.

[cxvii] FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World 2020: Afghanistan.** Disponível em: <https://freedomhouse.org/country/afghanistan/freedom-world/2020>. Acesso em: 28 fevereiro 2020.

[cxviii] USDOS. **2019 Report on International Religious Freedom: Afghanistan.** Disponível em: <https://www.state.gov/reports/2019-report-on-international-religious-freedom/afghanistan/>. Acesso em: 15 outubro 2020.

[cxix] Ibidem.

[cxx] EASO – European Asylum Support Office. **Afghanistan Key socio-economic indicators.** Publicado em: agosto 2020. Disponível em: https://www.ecoi.net/en/file/local/2037416/2020_08_EASO_COI_Report_Afghanistan_Key_Socio_Economic_Indicators_Focus_Kabul_City_Mazar_Sharif_Herat_City.pdf. Acesso em: 14 outubro 2020.

[cxxi] UN HRC – Human Rights Council. **Report of the Special Rapporteur on the human rights of internally displaced persons on his mission to Afghanistan.** Publicado em: 12 abril 2017. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/593a98014.html>. Acesso em: 8 junho 2018.

[cxxii] EASO – European Asylum Support Office. **Afghanistan Key socio-economic indicators.** Publicado em: agosto 2020. Disponível em: https://www.ecoi.net/en/file/local/2037416/2020_08_EASO_COI_Report_Afghanistan_Key_Socio_Economic_Indicators_Focus_Kabul_City_Mazar_Sharif_Herat_City.pdf. Acesso em: 14 outubro 2020.

[cxxiii] FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World 2020: Afghanistan.** Disponível em: <https://freedomhouse.org/country/afghanistan/freedom-world/2020>. Acesso em: 28 fevereiro 2020.

[cxxiv] EASO – European Asylum Support Office. **Afghanistan Key socio-economic indicators.** Publicado em: agosto 2020. Disponível em: https://www.ecoi.net/en/file/local/2037416/2020_08_EASO_COI_Report_Afghanistan_Key_Socio_Economic_Indicators_Focus_Kabul_City_Mazar_Sharif_Herat_City.pdf. Acesso em: 14 outubro 2020.

[cxxv] FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World 2020: Afghanistan.** Disponível em: <https://freedomhouse.org/country/afghanistan/freedom-world/2020>. Acesso em: 28 fevereiro 2020.

[cxxvi] EASO – European Asylum Support Office. **Afghanistan Key socio-economic indicators.** Publicado em: agosto 2020. Disponível em: https://www.ecoi.net/en/file/local/2037416/2020_08_EASO_COI_Report_Afghanistan_Key_Socio_Economic_Indicators_Focus_Kabul_City_Mazar_Sharif_Herat_City.pdf. Acesso em: 14 outubro 2020.

[cxxvii] UN HRC – UN Human Rights Council. **Situation of human rights in Afghanistan, and technical assistance achievements in the field of human rights; Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights.** Publicado em: 16 janeiro 2020. Disponível em: https://www.ecoi.net/en/file/local/2024413/A_HRC_43_74_E.pdf. Acesso em: 17 de

fevereiro 2020.

[cxxviii] HRW – Human Rights Watch. **Annual report on the human rights situation in 2019 – Afghanistan**. Publicado em: 14 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2020/country-chapters/afghanistan>. Acesso em: 18 fevereiro 2020.

[cxxix] Ibidem.

[cxxx] FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World 2020: Afghanistan**. Disponível em: <https://freedomhouse.org/country/afghanistan/freedom-world/2020>. Acesso em: 28 fevereiro 2020.

[cxxxi] IDMC – Internal Displacement Monitoring Center. **A Different Kind of Pressure: The cumulative effects of displacement and return in Afghanistan**. Publicado em: janeiro 2020. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/publications/documents/202001-afghanistan-cross-border-report.pdf>. Acesso em: 14 fevereiro 2020.

[cxxxii] Ibidem.

[cxxxiii] Ibidem.

[cxxxiv] Ibidem.

[cxxxv] Ibidem.

[cxxxvi] Ibidem.

[cxxxvii] AI – Anistia Internacional. **Human Rights in Asia-Pacific; Review of 2019 – Afghanistan**. Publicado em: 30 janeiro 2020. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/countries/asia-and-the-pacific/afghanistan/report-afghanistan/>. Acesso em: 17 fevereiro 2020.

[cxxxviii] IDMC – Internal Displacement Monitoring Center. **Global Report 2019**. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2020/>. Acesso em: 15 outubro 2020.

[cxxxix] UNHRC – UN Human Rights Council. **Report of the Special Rapporteur on the human rights of internally displaced persons on his mission to Afghanistan**. Publicado em: 12 abril 2017. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/publications/documents/202001-afghanistan-cross-border-report.pdf>. Acesso em: 8 junho 2018.

[cxl] UNHCR. **Global Report 2019**. Disponível em: <https://www.unhcr.org/globalreport2019/>. Acesso em: 15 outubro 2020.

[cxli] MSF – Médicos sem Fronteiras. Disponível em: https://www.msf.org/sites/msf.org/files/2020-03/20200301_Afghanistan_Report_FINAL.pdf. Acesso em: 14 outubro 2020.

[cxlii] FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World 2020: Afghanistan**. Disponível em: <https://freedomhouse.org/country/afghanistan/freedom-world/2020>. Acesso em: 28 fevereiro 2020.

[cxliii] Ibidem.

[cxliv] Ibidem.

[cxlv] TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Corruption Perceptions Index: Afghanistan**. Disponível em: <https://www.transparency.org/en/countries/afghanistan#>. Acesso em: 14 outubro 2020.

[cxlvi] SIGAR – Special Inspector General for Afghanistan Reconstruction. **Afghanistan's Anti-Corruption Efforts: The Afghan Government Made Progress in Meeting its AntiCorruption Strategy Benchmarks, but Serious Challenges Remain to Fighting Corruption**. Publicado em: novembro 2019. Disponível em: <https://www.sigar.mil/pdf/audits/SIGAR-20-06-AR.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020

[cxlvii] UNAMA. **Afghanistan's fight against corruption – From Strategies to Implementation**. Publicado em: 14 maio 2018. Disponível em: https://unama.unmissions.org/sites/default/files/afghanistans_fight_against_corruption_from_strategies_to_implementation-14_may_2018.pdf. Acesso em: 14 outubro.

[cxlviii] Ibidem.

[cxlix] FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World 2020: Afghanistan**. Disponível em: <https://freedomhouse.org/country/afghanistan/freedom-world/2020>. Acesso em: 28 fevereiro 2020.

[cl] UNAMA – UNITED NATIONS ASSISTANCE MISSION IN AFGHANISTAN. **Afghanistan Annual Report on Protection of Civilians in Armed Conflict: 2019**. Publicado em: julho 2020. Disponível em: https://unama.unmissions.org/sites/default/files/afghanistan_protection_of_civilians_annual_report_2019.pdf. Acesso em: 25 setembro 2020.

[cli] UN HRC – UN Human Rights Council. **Situation of human rights in Afghanistan, and technical assistance achievements in the field of human rights; Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights**. Publicado em: 16 janeiro 2020. Disponível em: https://www.ecoi.net/en/file/local/2024413/A_HRC_43_74_E.pdf. Acesso em: 17 de fevereiro 2020.

[clii] HRW – Human Rights Watch. **Annual report on the human rights situation in 2019 – Afghanistan**. Publicado em: 14 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2020/country-chapters/afghanistan>. Acesso em: 18 fevereiro 2020.

[cliii] LANDINFO – Norwegian Country of Origin Information Centre. **Afghanistan Sikkerhetssituasjon og konfliktmønster i 2019**. Publicado em: 22 janeiro 2020. Disponível em: <https://www.ecoi.net/en/file/local/2023183/Temanotat-Afghanistan-Sikkerhetssituasjonen-og-konfliktm%C3%B8nster-i-2019-22012020.pdf>. Acesso em: 20 fevereiro 2020.

[cliv] WORLD BANK. **Afghanistan Overview**. Publicado em: outubro 2020. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/afghanistan/overview#1>. Acesso em: 14 outubro 2020.

[clv] EASO – European Asylum Support Office. **Afghanistan Key socio-economic indicators**.

Publicado em: agosto 2020. Disponível em:

https://www.ecoi.net/en/file/local/2037416/2020_08_EASO_COI_Report_Afghanistan_Key_Socio_Economic_Indicators_Focus_Kabul_City_Mazar_Sharif_Herat_City.pdf.

Acesso em: 14 outubro 2020.

[clvi] Ibidem.

[clvii] PNUD. **IDH Global**. Disponível em:

<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/dh0/rankings/idh-global.html>. Acesso em: 14 outubro 2020.

[clviii] IDMC – Internal Displacement Monitoring Center. **A Different Kind of Pressure: The cumulative effects of displacement and return in Afghanistan**. Publicado em: janeiro 2020.

Disponível em: [https://www.internal-](https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/publications/documents/202001-afghanistan-cross-border-report.pdf)

[displacement.org/sites/default/files/publications/documents/202001-afghanistan-cross-border-report.pdf](https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/publications/documents/202001-afghanistan-cross-border-report.pdf). Acesso em: 18 fevereiro 2020.

[clix] Ibidem.

[clx] Ibidem.

[clxi] WORLD BANK. **Afghanistan Overview**. Publicado em: outubro 2020. Disponível em:

<https://www.worldbank.org/en/country/afghanistan/overview#1>. Acesso em: 14 outubro 2020.

[clxii] Ibidem.

[clxiii] EASO – European Asylum Support Office. **Afghanistan Key socio-economic indicators**.

Publicado em: agosto 2020. Disponível em:

https://www.ecoi.net/en/file/local/2037416/2020_08_EASO_COI_Report_Afghanistan_Key_Socio_Economic_Indicators_Focus_Kabul_City_Mazar_Sharif_Herat_City.pdf.

Acesso em: 14 outubro 2020.

[clxiv] UN HCR – UN High Commissioner for Refugees. **Afghanistan: Compilation of Country of Origin Information (COI) Relevant for Assessing the Availability of an Internal Flight, Relocation or Protection Alternative (IFA/IRA/IPA) to Kabul**. Publicado em: dezembro 2019.

Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/5def56204.html>. Acesso em: 16 março 2020.

[clxv] LIportal. **Portal de informações do país: Afeganistão**. Disponível em:

<https://www.liportal.de/afghanistan/geschichte-staat/>. Acesso em: 11 setembro 2020



Documento assinado eletronicamente por **Bernardo de Almeida Tannuri Laferté**,
Coordenador(a)-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados, em 25/11/2020, às 16:47,
conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br>
informando o código verificador **13039662** e o código CRC **DE696153**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site

<http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de
protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.